



CÓDIGO DE CONDUTA NOS CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

2019



INDICE

1. INTRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS	6
A quem se destina o Código de conduta	6
<i>O que se entende por empresa distribuidora?</i>	7
Colocação de Produtos Fitofarmacêuticos no Mercado	7
2. FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	8
<i>Quem pode Comercializar e Distribuir Produtos Fitofarmacêuticos de Uso Profissional?</i>	8
<i>Como obter formação e que tipo de formação?</i>	8
Operador de Venda	8
Técnico Responsável	10
3. INSTALAÇÕES PARA O ARMAZENAMENTO NA DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	12
3.1 LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	13
<i>Onde devo instalar/construir o meu armazém/estabelecimento de venda de produtos fitofarmacêuticos?</i>	13
<i>Caso já disponha de um edifício e queira utilizá-lo para armazenar produtos fitofarmacêuticos ou adaptá-lo para ser um ponto de venda, o que fazer?</i>	14
3.2 A CONSTRUÇÃO	14
3.2.1 O Armazém de produtos fitofarmacêuticos	14
3.2.2 O estabelecimento de venda	16
<i>Como armazenar os Produtos Fitofarmacêuticos?</i>	18
A Gestão do Armazenamento	19
Segurança	20
O Manual de Procedimentos Operativos (MPO).....	22
Registo de Existências	24
Sinalização	24

Sinais de Obrigação	25
Sinais de Proibição.....	25
Sinais de Aviso	26
Sinais Relativos ao Material de Combate a Incêndios	26
Sinais de Salvamento ou Emergência	27
4. COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	28
4.1 DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	28
4.2 AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE.....	28
<i>Como solicito autorização para a distribuição e ou venda de produtos fitofarmacêuticos?.....</i>	<i>28</i>
4.3 O TÉCNICO RESPONSÁVEL.....	29
<i>Quais são os deveres do Técnico Responsável?</i>	<i>30</i>
4.4 O OPERADOR	31
<i>Quais são os deveres do Operador de venda?</i>	<i>31</i>
4.5 O ATO DA VENDA	32
4.5.1 O Rótulo	32
4.5.2 Venda Responsável.....	33
<i>O que é a venda responsável?.....</i>	<i>33</i>
4.6 GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS E DE EXCEDENTES DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	35
4.6.1 Resíduos de Embalagens de Produtos Fitofarmacêuticos.....	35
<i>Como devo Transportar as Embalagens Vazias de Produtos Fitofarmacêuticos? .</i>	<i>37</i>
<i>O que fazer aos produtos que já não posso comercializar e se tornaram obsoletos?</i>	<i>37</i>
5. ACIDENTES NO ARMAZENAMENTO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	38
<i>Quais os principais pontos a considerar na prevenção de acidentes?.....</i>	<i>38</i>
<i>O que fazer em caso de incêndio?</i>	<i>40</i>
<i>O que fazer em caso de contacto físico involuntário com produtos fitofarmacêuticos?.....</i>	<i>41</i>

	<i>Como socorrer uma vítima de exposição acidental a produtos fitofarmacêuticos?</i>	42
	<i>O que fazer em caso de derrame de produtos fitofarmacêuticos?</i>	43
6.	TRANSPORTE DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	46
7.	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	48
	Anexo I - Lista de verificação relacionada com o funcionamento do estabelecimento de venda e ou distribuição	55
	Anexo II - Sinalização contida nos rótulos de produtos fitofarmacêuticos respeitante à sua classificação toxicológica, ecotoxicológica e ambiental.	57
	Anexo III - Advertências de perigo e Frases de prudência	59
	Anexo IV - Contactos dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER)	67

1. INTRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS



O presente Código de Conduta para a Distribuição e Venda de Produtos Fitofarmacêuticos, adiante designado por "Código de Conduta", foi elaborado como um conjunto de orientações ou normas de conduta a observar, por parte de todos os agentes, públicos ou privados, associados ou de alguma maneira envolvidos no manuseamento, dos produtos fitofarmacêuticos com venda autorizada para uso profissional, durante qualquer actividade de armazenamento na

distribuição ou comercialização desses produtos.

O Código de Conduta deve ser utilizado no contexto actual da legislação vigente relativa à colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos e legislação complementar e pretende servir de referencial para a boa prática no armazenamento na distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos.

O Código de Conduta está organizado por capítulos. Em cada capítulo faz-se referência, quando aplicável, à legislação em vigor, respectivo artigo ou ponto específico. Estas indicações são apresentadas em caixas de texto delimitadas e em corpo de texto itálico.

O Código de Conduta será revisto sempre que razões técnico-científicas ou legislativas o justifiquem.

A quem se destina o Código de conduta

Este código destina-se a todos quantos manuseiam, comercializam ou distribuem produtos fitofarmacêuticos, no âmbito da sua atividade profissional, em estabelecimentos de venda, armazéns comerciais e nas empresas distribuidoras de produtos fitofarmacêuticos.

O que se entende por empresa distribuidora?

É a entidade singular ou coletiva que procede à distribuição de produtos fitofarmacêuticos para os estabelecimentos de venda ou outras empresas distribuidoras, nomeadamente grossistas, retalhistas, vendedores e fornecedores.

São destinatários deste Código de Conduta:

- ✓ Técnicos responsáveis que exercem a sua atividade em estabelecimentos de venda e/ou de distribuição de produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional;
- ✓ Operadores de venda que exercem a sua atividade em estabelecimentos de venda e/ou de distribuição de produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional;
- ✓ Técnicos da administração central ou regional, envolvidos nos processos de licenciamento da atividade de comercialização e/ou distribuição de produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Autoridades policiais e fiscalizadoras.

Este código pode, ainda, ser utilizado por empresas que comercializam e distribuem produtos fitofarmacêuticos destinados a uso não profissional, no que às regras de venda e distribuição deste tipo de produtos diz respeito e sem prejuízo das orientações expressas em outros documentos de apoio e aconselhamento.

Colocação de Produtos Fitofarmacêuticos no Mercado

Os produtos fitofarmacêuticos só podem ser comercializados e ou distribuídos no território nacional se autorizados pela autoridade fitossanitária nacional competente, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), que aprova a venda e o uso de cada produto. A identificação de um produto que se encontra autorizado é feita pela inclusão, no respetivo rótulo, de uma das inscrições abaixo:

“Autorização de Venda n.º XXXX, concedida pela DGAV”; ou

“Autorização Provisória de Venda n.º XXXX, concedida pela DGAV”; ou

“Autorização de Comércio Paralelo n.º XXXX, concedida pela DGAV”; ou

“Autorização de Emergência n.º Ano/XX, concedida pela DGAV”.

O rótulo do produto deve estar redigido em português. A DGAV divulga um Manual de Rotulagem de produtos fitofarmacêuticos, no seu sítio de internet em www.dgv.min-agricultura.pt que pode esclarecer qualquer outra questão relativa à rotulagem destes produtos.

2. FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO



Quem pode Comercializar e Distribuir Produtos Fitofarmacêuticos de Uso Profissional?

Todos aqueles que manipulam, vendem, promovem a venda ou aconselham produtos fitofarmacêuticos, devem dispor de informação e conhecimentos apropriados e atualizados que garantam, ao nível da sua intervenção, a prevenção de acidentes com pessoas e animais, a defesa da saúde pública e a proteção do ambiente.

Como obter formação e que tipo de formação?

Existem duas figuras na lei, associadas à comercialização e distribuição de produtos fitofarmacêuticos - Operador de Venda e Técnico Responsável - aos quais é exigida formação e ou habilitação diferenciada.

Operador de Venda

Para obter formação como Operador de Venda para a comercialização e distribuição de produtos fitofarmacêuticos devem ser cumpridos os seguintes requisitos mínimos:

- ✓ Idade: ≥ 16 anos;
- ✓ Escolaridade mínima obrigatória, em função do ano do nascimento ou, não tendo a escolaridade mínima obrigatória, deverá saber ler, escrever e interpretar, sendo sujeito a «Prova de verificação».

Os requisitos mínimos são condição suficiente para a frequência da formação em «Distribuição e Comercialização de Produtos Fitofarmacêuticos (DCPF)» - a conclusão

com aproveitamento deste curso permite a habilitação como **Operador de Venda** e dá direito a um Certificado de Formação mas não é, ainda, suficiente para poder manusear, comercializar ou distribuir produtos fitofarmacêuticos de uso profissional. Por outro lado, apenas após completar 18 anos pode o interessado exercer a profissão como Operador de Venda.

Com o Certificado de Formação, deve ser solicitado, no serviço competente da Direção Regional de Agricultura e Pescas que homologou a formação, o cartão de identidade - Cartão de Operador de Venda de Produtos Fitofarmacêuticos - que é o documento de identificação que habilita o titular para o manuseamento e venda dos produtos fitofarmacêuticos.

O modelo do cartão é dividido em duas partes: o recto (topo) e o verso (inferior).

Recto (Verso):

- Logótipo da República Portuguesa e da Direção Regional de Agricultura e Pescas.
- Identificação do serviço emissor.
- Título: **OPERADOR DE VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS**.
- Campos para preenchimento: (Nome) e NIF:
- Campos para preenchimento: (N.º do cartão)/(sigla do serviço emissor) e Válido até .../.../...
- Retângulo reservado para a fotografia, rotulado (Fotografia).

Verso:

O titular deste cartão encontra-se habilitado como operador de venda, ao abrigo da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril

O cartão é pessoal e intransmissível e deve ser disponibilizado sempre que solicitado. A habilitação de operador de venda é válida por um período de 10 anos, renovável por iguais períodos desde que frequente e conclua com aproveitamento a ação de atualização em DCPF antes de caducar a validade do cartão.

Fig. 1: Modelo do Cartão de Operador de Venda

Nota: Um Operador de venda que disponha de formação em DCAPF ou que seja detentor de cartão de Técnico Responsável e que não seja o TR da referida empresa, pode comercializar Produtos Fitofarmacêuticos. No caso de dispor apenas de certificado de formação em DCAPF pode o mesmo solicitar junto da DRAP um cartão de Operador de venda.

Técnico Responsável

Para obter formação como Técnico Responsável para a comercialização e distribuição de produtos fitofarmacêuticos devem ser cumpridos os seguintes requisitos mínimos:

- ✓ Ter formação superior em ciências agrárias e afins e,
- ✓ Concluir com aproveitamento a ação de formação em Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (DCAPF), ou, ter obtido unidades de crédito em curso graduado ou de pós-graduação, considerados equivalentes à ação de formação e concluídos há menos de 10 anos.

No âmbito das «ciências agrárias e afins», os candidatos cujas habilitações literárias não demonstrem conter nos seus planos curriculares, unidades relativas à proteção das culturas terão que frequentar previamente a formação “Complemento em Proteção das Culturas” (CPC).

A posse do certificado de habilitações académicas e conclusão, com aproveitamento, da ação de formação DCAPF não é ainda suficiente para poder manusear, comercializar ou distribuir produtos fitofarmacêuticos de uso profissional.

Com o certificado de habilitações e o certificado de formação, deve ser solicitado, no serviço competente da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), o cartão de identidade - Cartão de Técnico Responsável - que é o documento de identificação que habilita o titular para o manuseamento, venda e distribuição dos produtos fitofarmacêuticos.

O cartão é pessoal e intransmissível e deve ser disponibilizado sempre que solicitado. A habilitação do técnico responsável é válida por um período de 10 anos, renovável por iguais períodos desde que frequente e conclua com aproveitamento a ação de atualização em DCAPF antes de caducar a validade do cartão.

Fig. 2: Modelo do cartão de Técnico Responsável

O cartão é dividido em duas partes principais: a frente (não mostrada) e o verso (mostrado). O verso é um retângulo verde com cantos arredondados. No topo, à esquerda, há o brasão da República Portuguesa e o texto "REPÚBLICA PORTUGUESA" e "MINISTÉRIO DA AGRICULTURA". À direita, o texto "(Identificação do serviço emissor)". No centro, o título "TÉCNICO RESPONSÁVEL" e "PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS". Abaixo, campos para "(Nome)", "NIF:", "(N.º do cartão)/(sigla do serviço emissor)....." e "Válido até .../.../...". À direita, um retângulo branco rotulado "(Fotografia)".

Verso

O titular deste cartão encontra-se habilitado como técnico responsável, ao abrigo Lei n.º 26/2013, de 11 de abril

A habilitação como técnico responsável é igualmente válida para o exercício de funções como operador de venda e não carece da emissão de cartão de operador de venda para esse efeito.

Um mesmo estabelecimento pode operar com mais de um técnico responsável todavia pelo menos um dos técnicos deve assumir as funções de Técnico Responsável do estabelecimento perante terceiros.

3. INSTALAÇÕES PARA O ARMAZENAMENTO NA DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

As instalações para o armazenamento de produtos fitofarmacêuticos, quer nos pontos de venda, quer nos distribuidores obedecem ao que se encontra determinado na Lei n.º 26/2013, sem prejuízo de outros regimes legais, designadamente no que respeita à urbanização e edificação e à segurança contra incêndios. São também relevantes as orientações para a construção de armazéns e de estabelecimentos de venda, armazenamento de produtos fitofarmacêuticos e sinalização das instalações que foram sucessivamente elaboradas pela DGAV.

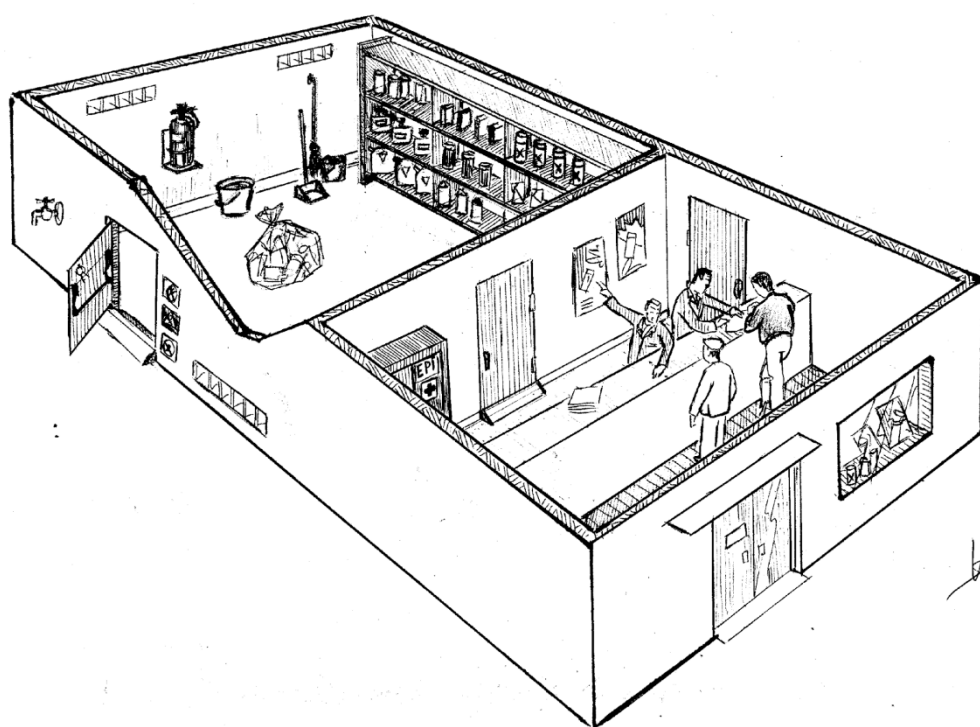


Fig. 3: Exemplo de Instalação exclusiva para armazenamento e venda de produtos fitofarmacêuticos em observância dos requisitos previstos na legislação em vigor.

As instalações devem obedecer à legislação e aos regulamentos em vigor, nomeadamente os relativos a higiene e segurança no trabalho, proteção contra riscos de incêndios e armazenamento de substâncias e preparações perigosas, em particular o disposto no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.

3.1 LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Onde devo instalar/construir o meu armazém/estabelecimento de venda de produtos fitofarmacêuticos?

A localização de armazéns ou de estabelecimentos de venda de produtos fitofarmacêuticos a construir e ou instalar de raiz deve assegurar que não representa um risco inaceitável para pessoas e bens ou para o ambiente, em particular se derivados de algum acidente ocorrido nessa instalação. Assim, ao escolher um local para construir ou instalar um armazém, este deve obedecer às seguintes condições:

- ✓ Afastado de hospitais e outras instalações de prestação de cuidados de saúde, escolas, fábricas ou armazéns de produtos alimentares e de preferência em zonas isoladas ou destinadas especificamente à atividade industrial;



(Parque industrial de Poiares)

- ✓ Não estar sujeito a inundações ou ameaçado pelas cheias e afastado, pelo menos de 10 metros, de cursos de água, valas e nascentes e, 15 metros para o caso de captações de água;
- ✓ Situar-se fora da zona terrestre de proteção de albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas;
- ✓ Situar-se ao nível do solo (piso térreo);
- ✓ Ter bons acessos ao local, permitindo cargas e descargas seguras e o pronto-socorro em caso de acidente.

Caso já disponha de um edifício e queira utilizá-lo para armazenar produtos fitofarmacêuticos ou adaptá-lo para ser um ponto de venda, o que fazer?

Antes de pensar em adaptar ou utilizar um espaço já existente para armazenar ou vender produtos fitofarmacêuticos de uso profissional consulte a Direção-Regional de Agricultura e Pescas da área em que pretende exercer a atividade. Nem todos os espaços ou construções são adequados ao armazenamento e ou venda destes produtos.

Refira-se, ainda, que para exercer a atividade de distribuição e ou venda de produtos fitofarmacêuticos, a instalação (armazém/estabelecimento) deve ter **autorização de utilização** para esse efeito.

No pedido de autorização de utilização da instalação, integrada no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação deve ser atendida a necessidade do cumprimento do disposto no artº 18º do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE);

3.2 A CONSTRUÇÃO

3.2.1 O Armazém de produtos fitofarmacêuticos

Na construção de armazéns ou de estabelecimentos de venda de produtos fitofarmacêuticos devem ser respeitadas as seguintes orientações:

- ✓ Materiais de construção - as especificações técnicas do fabricante e constantes da respetiva *Declaração de Conformidade* emitida por este, devem encontrar-se em conformidade com as Normas em vigor aplicáveis que garantem que os materiais construtivos são adequados à instalação em causa e salvaguardam os potenciais perigos associados a eventuais acidentes, nomeadamente quanto à resistência física e ao fogo (cuja medida é dada em minutos);
- ✓ Portas interiores e exteriores resistentes ao fogo de acordo com as Normas aplicáveis em vigor e acompanhadas da respetiva *Declaração de Conformidade do Fabricante* garantindo que a porta fornecida foi fabricada utilizando o mesmo modelo construtivo e os mesmos materiais que a amostra submetida a ensaio e da *Declaração de Conformidade do instalador* garantindo que a porta foi instalada conforme especificado pelo manual de instalação fornecido pelo fabricante.

Uma porta resistente ao fogo, é aquela que, quando convenientemente fabricada e instalada evita a propagação de incêndio através dela durante um período de tempo previamente determinado e verificado através de ensaio-tipo normalizado, efetuado por um laboratório acreditado para o efeito de acordo com a Norma em vigor aplicável.

- ✓ Cobertura da instalação em material com resistência ao fogo de acordo com as Normas aplicáveis em vigor, eventualmente provido com sistemas de ventilação natural ou forçada;
- ✓ Pavimento impermeável, de limpeza fácil, devendo funcionar como bacia de retenção, com capacidade suficiente para reter derrames.



Fig. 4: Construir um pavimento e rodapé impermeáveis que funcionem como bacia de retenção em caso de acidente com derrames ou incêndio (Cortesia de Campocheio)

- ✓ Ventilação natural, sempre que possível, devendo ser reforçada, caso necessário, com sistemas artificiais;
- ✓ Instalação elétrica de acordo com a legislação em vigor;
- ✓ Lâmpadas, tomadas de corrente e aparelhos elétricos afastados, pelo menos 1 metro, dos produtos fitofarmacêuticos armazenados;

- ✓ Ter, no mínimo, um lavatório e tomada de água para limpeza das instalações e, preferencialmente, um chuveiro e lava-olhos;
- ✓ Saídas, incluindo as de emergência espaçadas de 30 metros no máximo;
- ✓ Saídas de emergência de abertura fácil, devidamente assinaladas e desimpedidas;
- ✓ Ter porta para carga/descarga dos produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Ter porta de saída/emergência para o exterior ou para espaço contíguo com acesso fácil ao exterior;
- ✓ Pelo menos um Equipamento de Proteção Individual (EPI) completo e facilmente acessível, guardado fora do armazém dos produtos fitofarmacêuticos.

Deve ser consultada Câmara Municipal ou a delegação regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) que, em função da categoria do risco associado à instalação irá verificar a conformidade da mesma com as exigências legais em matéria de segurança contra incêndios (ver ainda notas infra).

Até 30 dias antes de entrada em atividade da instalação a mesma deve dispor de Medidas de Autoproteção aprovadas, nos termos do artº 21º do RJ-SCIE, cujas competências são dos municípios ou da ANEPC, em função da categoria de risco. Nesta matéria é importante sublinhar o papel do Responsável de Segurança e do Delegado de Segurança, conforme disposto no art.º 6º, na parte aplicável, do RJ-SCIE e do disposto no Regulamento Técnico aprovado pela Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro (RT-SCIE) também na parte aplicável;

No decurso de funcionamento da instalação e em função da categoria de risco, esta deve implementar as Medidas de Autoproteção aplicáveis, nos termos das condições gerais de autoproteção, nomeadamente do Capítulo VII do RT-SCIE e deve prever inspeções regulares de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE) conforme disposto no artº 19º do Regime Geral-SCIE, cujas competências são dos municípios ou da ANEPC em função da categoria de risco.

As Medidas de Autoproteção de cada instalação devem ser sempre adaptadas às condições reais de exploração da instalação e proporcionadas à sua categoria de risco.

Na fase de construção e decurso de funcionamento da instalação apenas as entidades registadas pela ANEPC (em cumprimento do disposto na Portaria 773/2009, de 21 de julho), podem exercer a atividade de comercialização, instalação e ou manutenção de produtos e equipamentos de segurança contra incêndio em edifícios.

3.2.2 O estabelecimento de venda

As instalações ou o espaço destinado à venda de produtos fitofarmacêuticos devem ser construídas em materiais não combustíveis e destinados exclusivamente para essa atividade e devem, ainda, cumprir com o seguinte:

- ✓ Ter porta direta para o exterior;
- ✓ Ter porta direta para o armazém;
- ✓ Ter um balcão de venda em material impermeável e de fácil limpeza.

Exemplo de Construção

O presente exemplo poderá servir de orientação para a construção de novas instalações destinadas ao armazenamento e ou venda de produtos fitofarmacêuticos.

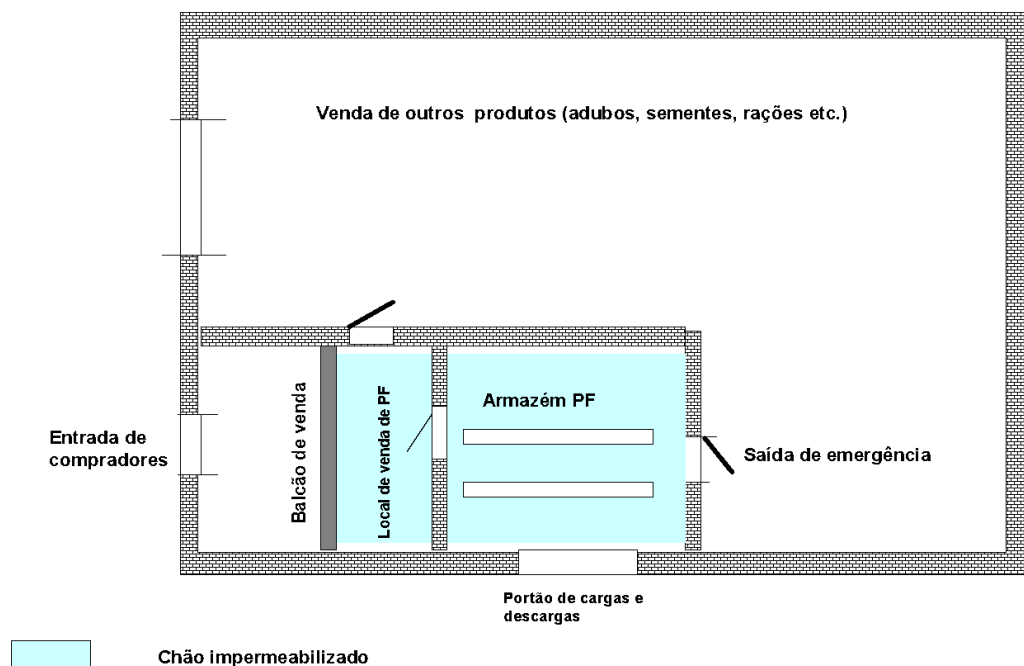


Fig.5: Exemplo de uma instalação destinada ao armazenamento e venda de produtos fitofarmacêuticos integrados num estabelecimento de venda de outros produtos diferentes (c.f. Lei n.º26/2013).

Nota: Em caso de necessidade é admissível a abertura de porta da zona de trabalho do operador para a loja dos outros produtos. A saída de emergência poderá ser deslocada de acordo com as exigências da construção. No caso de armazéns de pequenas dimensões a porta de emergência pode ser coincidente com a porta de cargas e descargas.

No caso dos estabelecimentos que procedem apenas à distribuição de produtos fitofarmacêuticos não é pertinente a existência de um balcão de venda, sendo, todavia, aplicáveis os restantes requisitos mencionados para os estabelecimentos de venda.

Como armazenar os Produtos Fitofarmacêuticos?

Os produtos fitofarmacêuticos devem ser armazenados e vendidos em instalações exclusivamente destinadas a estes produtos e nas condições autorizadas por lei. (Art.º 5º(1) da Lei n.º 26/2013.

O armazenamento no estabelecimento de venda destinado ao comércio e ou distribuição de produtos fitofarmacêuticos é exclusivo; apenas estes produtos podem ser armazenados e devem ser observadas as seguintes orientações:

- ✓ Fechar à chave os armazéns que contenham produtos fitofarmacêuticos, de modo a evitar o acesso a pessoas não autorizadas;
- ✓ Ter acesso próximo e fácil a pontos de água;
- ✓ Dispor de sinalização de segurança adequada relativa a riscos específicos, saídas de emergência, e ações não permitidas no local (por exemplo fumar ou foguear);
- ✓ Existirem meios de proteção contra incêndios e meios para uma primeira intervenção.



(Cortesia de Agro J. Oliveira Unipessoal, Lda)

A Gestão do Armazenamento

Para a arrumação e a disposição dos produtos fitofarmacêuticos dentro das instalações e de modo a permitir um armazenamento seguro e eficiente dos mesmos, devem ser cumpridos os seguintes princípios:

- ✓ Tendo em consideração a capacidade/volumetria do armazém existente, a quantidade de produtos fitofarmacêuticos a armazenar deve permitir uma circulação desimpedida de pessoas e máquinas e acesso fácil a todos produtos armazenados;
- ✓ Os produtos devem ser armazenados nas embalagens originais com o rótulo bem visível e em posição que previna derrames;
- ✓ O armazenamento deve ser feito de modo a permitir um fácil acesso a toda área, para efeitos de inspeção e segurança, e a não bloquear as saídas/entradas no espaço ou as aberturas de arejamento/ventilação;
- ✓ Os produtos não devem ser armazenados diretamente sobre o pavimento;
- ✓ A arrumação deve ser feita de forma a evitar a ação direta do calor e da luz, de modo a permitir a conservação das propriedades físicas e químicas dos produtos e o teor em substância ativa durante o período normal de armazenamento;
- ✓ A arrumação dos produtos deve ser feita de modo a evitar a contaminação entre eles, devendo os produtos que libertam odores intensos ser colocados em áreas próximas das aberturas para arejamento e ficar separados dos não voláteis;
- ✓ Os produtos devem ser agrupados pela sua respetiva função, isto é, herbicida, fungicida, inseticida, reguladores de crescimento, entre outros, e/ou de acordo com a classificação toxicológica;
- ✓ Os produtos em formulação líquida devem, preferencialmente, ser arrumados nas prateleiras mais próximas do chão e os produtos em formulação sólida devem ficar nas prateleiras superiores;
- ✓ O vestuário ou outros objetos de uso diário não devem ser arrumados no mesmo espaço de armazenamento dos produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ A quantidade de produtos armazenada deve ser apenas a necessária tendo o cuidado de utilizar o critério “o primeiro a chegar é o primeiro a sair”;
- ✓ As embalagens dos produtos fitofarmacêuticos a adquirir têm que estar invioladas, de modo a garantir que o produto no seu interior é de facto o indicado no rótulo;
- ✓ Devem existir e estar facilmente acessíveis as Fichas de Dados de Segurança (FDS) atualizadas de todos os produtos fitofarmacêuticos em armazém;

- ✓ Os resíduos de embalagens vazias podem ser guardados no armazém de produtos fitofarmacêuticos desde que acondicionados nos respetivos sacos e em local separado, devidamente sinalizado ou num outro espaço que cumpra as mesmas regras de armazenamento até à sua recolha pelos serviços de retoma de embalagens vazias;
- ✓ Os produtos obsoletos e que já não podem ser comercializados devem ser objeto de gestão e eliminação através de empresas licenciadas para o efeito. Pode existir um espaço específico dentro do armazém para o seu armazenamento até os mesmos serem devidamente encaminhados. A responsabilidade pela gestão destes produtos, que constituem resíduos, é da responsabilidade de quem os possui.



Segurança

As seguintes medidas de segurança e saúde têm como objetivo a redução do risco de acidentes nas instalações de armazenamento:

- ✓ As aberturas para ventilação, para além de poderem permitir o arejamento e iluminação do armazém, devem também ser construídas de modo a evitar a entrada de intrusos;
- ✓ Derrames ou embalagens danificadas, logo que detetados, devem ser removidos e colocados em sacos de resistência apropriada e fechados, de modo a conter derrames adicionais e colocados na área do armazém destinada aos resíduos de produtos ou de embalagens de produtos até poderem ser recolhidos para gestão e eliminação; se possível os derrames devem ser recolhidos imediatamente com material absorvente, devendo o material contaminado ser acondicionado e colocado no mesmo espaço reservado aos resíduos dos produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Deve existir água corrente nas instalações em lavatórios ou, lava-olhos;
- ✓ Quaisquer trabalhos dentro das instalações que não estejam relacionados com o armazenamento, devem ser evitados;
- ✓ Deve ser evitada a proximidade dos produtos com quaisquer fontes emissoras de faíscas e de chama;
- ✓ Na área onde existem produtos inflamáveis, em quantidade apreciável, a instalação elétrica (incluindo lâmpadas e interruptores) deve ser do tipo anti-deflagrante;
- ✓ Os quadros elétricos não podem estar localizados no interior do armazém;
- ✓ Deve proceder-se a uma limpeza eficaz e regular das instalações;
- ✓ Devem existir extintores adequados ao tipo de produtos/materiais em número/capacidade suficiente; os extintores devem ser verificados regularmente;
- ✓ Deve existir material absorvente para contenção, remoção e absorção de derrames de produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Deve existir, fora do armazém, equipamento de proteção individual;
- ✓ Deve existir um estojo de primeiros socorros; o estojo deve ser verificado regularmente de modo a assegurar que o seu conteúdo se encontra dentro da validade;



- ✓ Devem estar bem assinalados os contactos de telefone em caso de emergência.
- ✓ Deve estar disponível e visível o Plano de Emergência em caso de incêndio.

O Manual de Procedimentos Operativos (MPO)

O Manual de Procedimentos Operativos é uma peça fundamental do estabelecimento de venda e ou de distribuição. É no Manual que são incluídas todas as informações e instruções de funcionamento do estabelecimento de venda e ou de distribuição, quer no que diz respeito ao pessoal, à segurança das instalações, ao funcionamento do armazém, às medidas de emergência a tomar em caso de acidente; o plano de segurança e saúde, entre outras instruções.

As empresas distribuidoras e os estabelecimentos de venda devem elaborar, implementar e manter em cada local autorizado um Manual de Procedimentos Operativos que esteja de acordo com as orientações definidas pela DGAV (...) o qual fica sujeito a registo e fiscalização pela DRAP competente (Art.º 5.º (3) da Lei n.º 26/2013).

O manual deve ser divulgado a todo o pessoal do estabelecimento, estar em local visível e de fácil acesso e ser revisto regularmente de modo a verificar se as práticas existentes continuam a estar em conformidade com o estabelecido no manual.

A DGAV disponibiliza orientações para a elaboração do Manual de Procedimentos Operativos, no seu sítio de Internet, que alertam para todas as questões que devem ser consideradas quando o Manual está em elaboração. Nomeadamente, devem constar do MPO:

- ✓ Instruções para a receção e correta arrumação no armazém dos produtos fitofarmacêuticos:
 - Utilização de EPI para cargas e descargas;
 - Como realizar a carga/descarga em segurança e de forma eficiente;
 - Verificação do bom estado das embalagens primárias, secundárias, terciárias;
 - Verificação da rotulagem dos produtos fitofarmacêuticos e confirmação de que se encontram com autorização de venda e ou de comercialização/distribuição em vigor;
 - Confirmação de que os produtos recebidos constam da Guia de transporte, outras...

- ✓ Instruções para a correta gestão de existências no armazém:
 - Como são arrumados e movimentados os produtos em armazém;
 - Qual a capacidade máxima do armazém;
 - Verificação periódica do inventário dos produtos e confirmação de que se encontram com autorização de venda e ou comercialização/distribuição em vigor; outras...
- ✓ Instruções para a venda responsável de produtos fitofarmacêuticos:
 - Quem pode vender estes produtos;
 - A identificação do técnico responsável e do(s) operadores;
 - Qual o regime de férias e faltas dos técnicos responsáveis e operadores de venda;
 - Plano de formação e atualização de todos os colaboradores;
 - Como proceder no ato de venda;
 - Como proceder em sede de fiscalização;
 - Como elaborar e manter o registo da venda de produtos fitofarmacêuticos;
 - outras...
- ✓ Instruções para a limpeza e boas condições de higiene e segurança do armazém:
 - Quem é responsável pela limpeza do armazém;
 - Qual a frequência com que o armazém é limpo e por quem;
 - O que limpar e como;
- ✓ Instruções em caso de acidentes ou incidentes dentro do armazém:
 - Qual o material para limpeza de derrames e sua eliminação e onde é guardado;
 - Onde é colocado o plano de emergência e como proceder em caso de incêndio;
 - Outras...
- ✓ Instruções para a gestão dos resíduos de produtos fitofarmacêuticos e resíduos de embalagens e a sua entrega para gestão e ou recolha pela entidade gestora de resíduos.

Quem deve elaborar o Manual de Procedimentos Operativos?

É um dever do Técnico Responsável elaborar o Manual de Procedimentos. Desde a autorização do estabelecimento, o Técnico Responsável tem 6 meses para elaborar o Manual e submetê-lo à aprovação ao serviço competente da DRAP.

Sempre que forem introduzidas alterações substanciais ao Manual, o mesmo deve ser atualizado e enviado à DRAP para aprovação.

Cada estabelecimento/armazém deve ter um Manual adaptado às condições de funcionamento do mesmo.

Registo de Existências

Nas instalações de armazenamento e/ou venda de produtos fitofarmacêuticos é necessário que exista, fora da área de armazenamento, o registo do movimento de existências dos produtos fitofarmacêuticos, de forma a garantir o conhecimento da quantidade e localização dos produtos no armazém e, para um bom controlo da sua movimentação.

É, ainda, importante elaborar o registo em função da classe de perigo dos produtos e seus quantitativos para que a intervenção dos bombeiros possa ser mais eficaz e com maior segurança.

Sinalização






Nas instalações de armazenamento e de venda de produtos fitofarmacêuticos, deve existir, em lugares visíveis, sinalização adequada.

Os diferentes tipos de sinalética a adoptar, dividem-se em cinco grupos: «Obrigação», «Proibição», «Aviso», «Material de combate a incêndios» e «Salvamento ou emergência».

Nota: Os pictogramas utilizados na sinalização podem ser mais detalhados em relação às figuras previstas no Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho, na sua versão atual, com a condição de que o seu significado seja equivalente e de que nenhuma diferença ou adaptação torne incompreensível o seu significado. Os pictogramas aqui representados são-no a título de exemplo, devendo ser adaptados às necessidades de cada instalação.

Sinais de Obrigação

Estes sinais têm forma circular com pictograma branco sobre fundo azul (ex.: usar proteção obrigatória das mãos, proteção obrigatória das vias respiratórias, proteção obrigatória da cabeça):

	
-Proteção obrigatória das mãos	-Proteção obrigatória dos olhos e vias respiratórias
	
-Proteção obrigatória do corpo	-Proteção obrigatória da cabeça
	
-Proteção obrigatória dos pés	

Sinais de Proibição

Estes sinais têm forma redonda com pictograma negro sobre fundo branco e margem e faixa diagonal vermelhas (ex.: proibida a entrada de pessoas não autorizadas, proibição de fazer lume e de fumar, proibição de fumar).

	
-Proibida a entrada de pessoas estranhas ou não autorizadas	-Proibido fumar
	
-Proibido apagar com água	-Proibido fumar e foguear




Sinais de Aviso

Estes sinais têm forma triangular com pictograma negro sobre fundo amarelo e margem negra. Estes também se encontram nos rótulos das embalagens destinadas ao transporte dos produtos fitofarmacêuticos (embalagens terciárias), a fim de indicar qual a classificação toxicológica dos mesmos (ex.: produtos inflamáveis, produtos tóxicos, produtos corrosivos).

 -Movimentação de cargas no armazém	 -Substâncias inflamáveis ou facilmente inflamáveis
 -Substâncias tóxicas ou muito tóxicas	 -Substâncias nocivas ou substâncias irritantes
 -Substâncias corrosivas	 -Substâncias comburentes
 -Substâncias explosivas	








Sinais Relativos ao Material de Combate a Incêndios

Estes sinais têm forma rectangular ou quadrada com pictograma branco sobre fundo vermelho (ex.: indicação/localização de extintor, mangueira, carretel ou agulheta de incêndio).

 -Indicação/Localização de extintor	 -Indicação de mangueira, carretel ou agulheta
 -Indicação de escada de combate a incêndios	

Sinais de Salvamento ou Emergência

Estes sinais têm forma rectangular ou quadrada com pictograma branco sobre fundo verde (ex.: direção a seguir, primeiros socorros, duche de segurança, saída de emergência).

 -Via/ Saída de emergência pela esquerda	 -Via/Saída de emergência ou direção a seguir
 -Primeiros socorros	 -Chuveiro de emergência
 -Lava-olhos	 -Localização de maca
 -Telefone de primeiros socorros	

4. COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

4.1 DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

Para exercer a atividade de distribuição e de venda é necessário requerer autorização para o exercício da atividade, comprovando o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei n.º 26/2013, de 11 de abril.

Apenas podem exercer a atividade de distribuição ou de venda de produtos fitofarmacêuticos as empresas distribuidoras e os estabelecimentos de venda autorizados pela DGAV (Art.º 4º (1) da Lei n.º 26/2013 de 11 de abril).

4.2 AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE

Apenas podem exercer a atividade de distribuição e/ou de venda de produtos fitofarmacêuticos destinados a utilizadores profissionais as empresas distribuidoras e os estabelecimentos de venda autorizados e munidos da respectiva licença, emitida pela DGAV, mediante a comprovação de que dispõem de:

- ✓ Instalações apropriadas ao armazenamento e manuseamento seguro dos produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Um Técnico Responsável habilitado;
- ✓ Pelo menos um Operador habilitado.

Para o licenciamento da instalação (estabelecimento/armazém), é necessária a existência de projeto de especialidade de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), referente a operações urbanísticas integradas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), conforme disposto no artº 17º do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE).

Como solicito autorização para a distribuição e ou venda de produtos fitofarmacêuticos?

O pedido de autorização para o exercício das atividades de distribuição e/ou de venda é requerido pelas empresas distribuidoras ou pelos estabelecimentos de venda à DRAP da região onde se localiza a sede social da entidade.

O pedido é entregue juntamente com o respetivo processo descritivo, do qual devem constar:

- ✓ Nome ou denominação, a morada ou sede e o número de identificação fiscal;
- ✓ Localização dos armazéns e dos estabelecimentos de venda;
- ✓ Declaração de aceitação da função do Técnico Responsável e comprovativos da sua habilitação;

- ✓ Identificação dos operadores de venda e comprovativos da sua habilitação;
- ✓ Cópia do alvará de licença de utilização do estabelecimento emitido pela Câmara Municipal respetiva, ou na ausência deste de declaração em como tomou conhecimento da necessidade de o edifício ou a fração onde vai instalar o armazém ou o estabelecimento dispor de autorização de utilização compatível com a atividade a exercer;
- ✓ Cópia dos certificados ou licenças, quando aplicável.
- ✓ Extrato em formato simples do teor das inscrições em vigor no registo comercial ou o código de certidão permanente de registo comercial;
- ✓ Cópia de Planta de localização e de emergência do estabelecimento;
- ✓ Declaração em como a quantidade armazenada de produtos tóxicos e ou muito tóxicos não ultrapassa, respectivamente, 50 e ou 5 toneladas, se for o caso;
- ✓ Declaração em como o estabelecimento comercial satisfaz os regulamentos em vigor sobre a Higiene e Segurança.

A avaliação do processo descritivo é efetuada pela DRAP, que realiza a vistoria, podendo usar uma lista de verificação para esse efeito, conforme evidenciado no Anexo I deste Código; elabora um relatório e um parecer para enviar à DGAV no prazo de 20 dias. O Diretor-Geral da DGAV decide sobre o pedido de autorização no prazo de 10 dias após a receção do processo completo e comunica a decisão à DRAP, que notifica o requerente.

É obrigatória a afixação das autorizações para o exercício das atividades de venda e/ou distribuição bem como da identificação do respetivo técnico responsável, em local visível (...) (Art.º 14.º da Lei n.º 26/2013).

4.3 O TÉCNICO RESPONSÁVEL

A existência do técnico responsável é fundamental para o pleno cumprimento da legislação em vigor aplicável à comercialização e à segurança no armazenamento dos produtos fitofarmacêuticos.

Cabe ao técnico responsável zelar pelo desempenho tecnicamente correto dos operadores que exerçam a sua atividade sob a sua responsabilidade, assegurando para isso, a supervisão do trabalho que executam e a sua formação contínua.

O técnico responsável só pode assumir funções, no máximo, em três estabelecimentos autorizados para o exercício da atividade de distribuição, venda ou de aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

O técnico responsável que exerça funções numa empresa de distribuição só pode exercer simultaneamente funções em estabelecimentos de venda se o titular das respetivas autorizações de exercício de atividade (AEA) for o mesmo.

Quais são os deveres do Técnico Responsável?

O técnico Responsável é o principal ator para o bom desempenho do estabelecimento e pela venda e armazenamento responsável dos produtos fitofarmacêuticos e o garante de que a atividade é realizada em segurança para todos os que exercem a sua atividade dentro das instalações mas, também, para os restantes utilizadores profissionais destes produtos. São deveres do técnico responsável:

- ✓ Zelar pelo cumprimento da legislação em vigor aplicável à comercialização e à gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de produtos fitofarmacêuticos (produtos obsoletos), à segurança em armazéns e estabelecimentos de venda e à aplicação da legislação de segurança e saúde no trabalho incluindo a avaliação de riscos e as medidas de prevenção adequadas;
- ✓ Manter-se informado e atualizado sobre os prazos limite estabelecidos e divulgados pela DGAV para a cessação de venda ou o esgotamento de existências de produtos fitofarmacêuticos em comercialização, ou para a sua utilização pelos aplicadores;
- ✓ Estar disponível para prestar informações e orientações técnicas corretas na venda, na promoção e no aconselhamento dos produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Zelar pela atuação tecnicamente correta dos operadores de venda, bem como promover e assegurar a sua formação permanente incluindo no domínio da segurança e saúde no trabalho;
- ✓ Informar de imediato a DRAP competente sobre o encerramento ou cessação da atividade das empresas distribuidoras ou dos estabelecimentos de venda.

O técnico responsável deve estar devidamente identificado com o seu cartão de habilitação, em especial, no ato de venda e perante as autoridades fiscalizadoras.

O técnico responsável, para além de poder exercer a função de operador de venda também está habilitado a promover e divulgar a venda de produtos fitofarmacêuticos. Para além dele, apenas outros técnicos com habilitação idêntica poderão exercer esta atividade.

É desejável que o Técnico Responsável esteja presente e, obrigatoriamente, disponível.

Deverá ser fornecida formação aos funcionários do armazém sobre: riscos para a saúde e meios de proteção individual; boa armazenagem e manuseamento dos produtos fitofarmacêuticos; medidas de prevenção de incêndios e de emergência no caso de acidentes, derrames ou incêndios.

Sempre que, por ausência, em período de férias ou por outro motivo de força maior não seja possível ao Técnico Responsável estar disponível, e sem prejuízo do atendimento profissional prestado ao utilizador final, deve estar previsto no Manual de Procedimentos Operativos como os operadores de venda devem atuar.

4.4 O OPERADOR

O operador de venda é aquele que, nas empresas distribuidoras ou nos estabelecimentos de venda, manipula ou vende os produtos fitofarmacêuticos.

Quais são os deveres do Operador de venda?

No exercício da sua actividade, o operador de venda:

- ✓ Deve estar bem informado para prestar os necessários esclarecimentos e informações sobre o(s) produto(s) fitofarmacêutico(s) que é comercializado no estabelecimento;
- ✓ Deve conhecer o conteúdo do Manual de Procedimentos Operativos e proceder de acordo com os procedimentos de atuação nele previstos;
- ✓ Deve manter disponíveis para consulta imediata e ou fornecimento aos utilizadores finais e ou às entidades fiscalizadoras, as FDS de qualquer produto que seja armazenado e ou comercializado no estabelecimento;
- ✓ Deve seguir as medidas de segurança estabelecidas no Manual de Procedimentos Operativos nas diferentes operações com produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente:
 - Nas cargas e descargas dos produtos fitofarmacêuticos dentro e fora do armazém;
 - Na arrumação e acondicionamento das embalagens no armazém;
 - Na limpeza do armazém, ou do estabelecimento;

- ✓ Deve assegurar o registo completo e correto, incluindo no documento de venda, das informações obrigatórias previstas na lei relativas aos produtos transaccionados pelo estabelecimento (entradas/saídas), armazenados e vendidos ao utilizador final;
- ✓ Deve assegurar a boa higiene e manutenção do equipamento de proteção individual existente no estabelecimento e ou no armazém;
- ✓ Deve manter-se atualizado relativamente às publicações oficiais emanadas pela DGAV ou DRAP, com pertinência para a comercialização dos produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Deve estar devidamente identificado com o seu cartão de habilitação como operador de venda, em especial, no ato de venda e perante as autoridades fiscalizadoras;

4.5 O ATO DA VENDA

4.5.1 O Rótulo

As informações constantes do rótulo de um produto fitofarmacêutico são verificadas pela DGAV durante e ou após o processo de autorização de colocação no mercado e estão em linha com o conteúdo das autorizações concedidas e divulgadas no sistema SIFITO, em <http://sifito.dgav.pt>.

Considerando que o rótulo de cada produto autorizado está naturalmente acessível no ato de venda, as informações dos rótulos são a primeira fonte de informação para o utilizador profissional pelo que o rótulo assume uma importância fundamental como instrumento de trabalho, para o operador, numa venda responsável. Todavia, pode existir outra informação técnica como publicações emanadas pelos serviços centrais ou regionais do Ministério da Agricultura para auxílio dos operadores no aconselhamento das condições de utilização dos produtos fitofarmacêuticos.

Para facilitar o operador/técnico no ato de venda ou aconselhamento relativo a um produto fitofarmacêutico, a identificação dos elementos componentes do rótulo, apresenta-se um esquema ilustrativo.

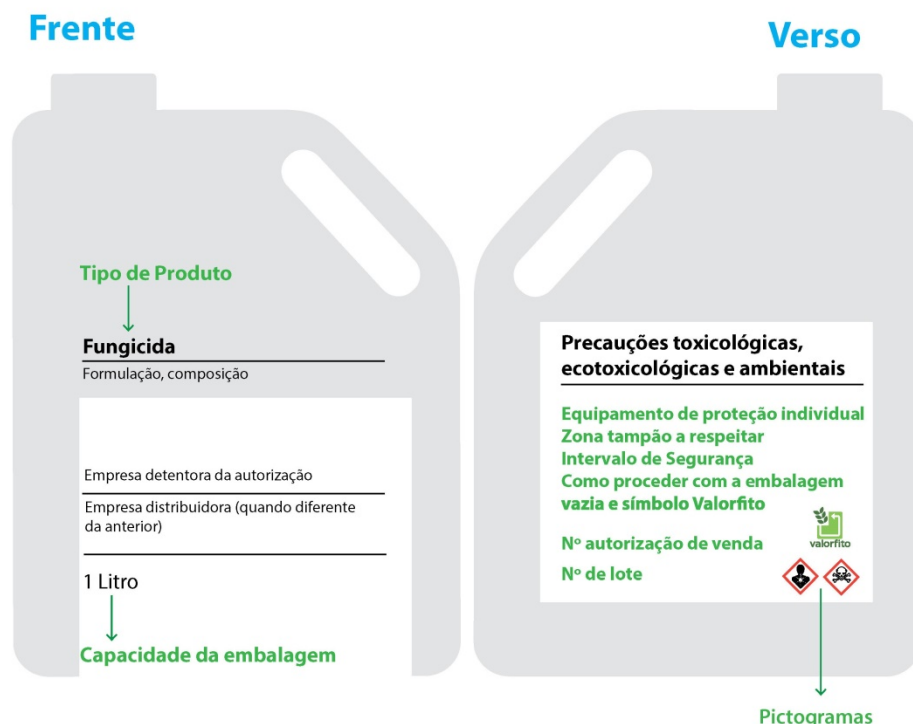


Fig. 6: No rótulo das embalagens de produtos fitofarmacêuticos consta a informação necessária para o aconselhamento e alerta para os perigos que os produtos representam. (cortesia ANIPLA)

4.5.2 Venda Responsável

O que é a venda responsável?

Considera-se venda responsável a entrega a título oneroso de produtos fitofarmacêuticos realizada pelo operador de venda e/ou técnico responsável no estabelecimento de venda com autorização de exercício de atividade, com alerta para os perigos que o produto apresenta, para o homem e para o ambiente e informação das melhores condições para a redução do risco com o seu manuseamento e aplicação.

Numa venda responsável só é permitida a venda de produtos fitofarmacêuticos com autorização de venda em Portugal, concedida pela DGAV, em embalagens originais, com rótulos em língua portuguesa e que contenham o número de autorização provisória de venda (APV), autorização de venda (AV), autorização de comércio paralelo (ACP) ou autorização extraordinária de emergência (AEE).

Só podem vender produtos fitofarmacêuticos o operador e/ou o técnico responsável, devendo ambos estar devidamente identificados e habilitados.

Os produtos fitofarmacêuticos não devem estar expostos no estabelecimento de venda. Qualquer embalagem deteriorada, deformada ou com o rótulo danificado deve ser de imediato retirada do local onde se encontram os restantes produtos armazenados e tratada como produto obsoleto.

Princípios a observar:

A promoção e/ou publicidade dos produtos fitofarmacêuticos apenas deve ser feita de acordo com o conteúdo do rótulo ou de outros documentos legalmente autorizados incluindo a Ficha de Dados de Segurança, o título de autorização de venda do produto, divulgado pela DGAV e outras informações oficiais emanadas pelos serviços competentes do Ministério da Agricultura;

- ✓ Garantir que no local de venda as embalagens estão intactas;
- ✓ Assegurar que, no momento da venda, o produto fitofarmacêutico em questão tem uma autorização de venda ou de comercialização válida e, se aplicável, alertar o comprador para a data limite de utilização do produto, conforme consta na plataforma SIFITO (<http://sifito.dgav.pt>);
- ✓ Aconselhar sempre os produtos com perfil toxicológico, ecotoxicológico e ambiental mais favorável para a finalidade pretendida;
- ✓ Chamar a atenção do comprador para guardar os produtos em lugar fresco e seco e quando aplicável de acordo com outras restrições contidas no rótulo;
- ✓ Certificar-se de que a quantidade de produto vendido será suficiente para tratar a área desejada, desaconselhando a compra de produto em excesso;
- ✓ Dar indicação dos procedimentos apropriados para eliminação das embalagens vazias e dos resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos;
- ✓ Alertar o comprador para a importância da entrega das embalagens vazias dos produtos fitofarmacêuticos e fornecer os respetivos sacos de recolha;
- ✓ Proceder ao registo de venda/distribuição dos produtos fitofarmacêuticos tendo em consideração as informações de registo obrigatório:
 - número de autorização de exercício de atividade;
 - nome do comprador/empresa e número do cartão de aplicador;
 - nome comercial do produto;
 - quantidade vendida;
 - o número de lote do produto;
 - a data de venda;
 - o número de autorização de venda (APV, AV, ACP, AEE);

- ✓ Aconselhar o comprador sobre o uso do equipamento de proteção individual (EPI) mais adequado à utilização do produto que adquiriu, em conformidade com o indicado no rótulo do produto e ou na Ficha de Dados de Segurança;
- ✓ Assegurar que estão disponíveis e são fornecidas no ato de venda a(s) Ficha(s) de Dados de Segurança do produto(s) fornecido(s) a quem a(s) solicite;
- ✓ A venda apenas pode ser realizada a maiores de idade (> 18 anos).

É igualmente uma boa prática, a identificação (ou nº de cartão) do técnico ou promotor da venda.

O registo de faturação da venda de produtos fitofarmacêuticos, ao longo da cadeia de distribuição/venda, deve permanecer disponível no estabelecimento de venda por um período mínimo de **cinco anos**.

4.6 GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS E DE EXCEDENTES DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

4.6.1 Resíduos de Embalagens de Produtos Fitofarmacêuticos

No ato de venda dos produtos fitofarmacêuticos devem ser fornecidos os sacos de recolha para as embalagens vazias, i.é, resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos, os quais devem ser transparentes, impermeáveis e com boa resistência.

No ato de venda dos produtos fitofarmacêuticos, o utilizador final deve ser informado pelo vendedor do circuito de recolha das embalagens vazias, de acordo com a imagem abaixo, bem com das boas prática inerentes ao funcionamento do sistema. Os procedimentos para tratar as embalagens vazias estão referenciados no rótulo, e devem ser reforçados no ato de venda, por exemplo, a prática da tripla lavagem.

No sítio da VALORFITO (<http://www.valorfito.com>) pode ser consultada informação sobre o Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura (SIGERU), bem como a listagem dos pontos de retoma existentes no País.

Como funciona o sistema VALORFITO?



Fig. 7: As diversas etapas do sistema Valorfito, desde a compra dos produtos fitofarmacêuticos, passando pela a entrega das embalagens vazias nos pontos de retoma, até ao destino final (cortesia ANIPLA)

Como devo Transportar as Embalagens Vazias de Produtos Fitofarmacêuticos?

O transporte de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos deve assegurar que as mesmas se encontram acondicionadas nos respectivos sacos de recolha, devendo os sacos ser transportados devidamente acondicionados para evitar a rutura dos mesmos ou perda do seu conteúdo.

No transporte de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos, deve existir no veículo um extintor de capacidade mínima de 2 kg e um documento de transporte, no qual deve constar, também, a menção «Transporte que não ultrapassa os limites de isenção prescritos no n.º 1.1.3.6», prevista no Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio.

O que fazer aos produtos que já não posso comercializar e se tornaram obsoletos?

Os produtos fitofarmacêuticos que já não podem ser comercializados porque se encontra esgotado o prazo limite para a sua comercialização ou porque se encontram em embalagens deterioradas constituem RESÍDUOS PERIGOSOS nos termos da lei e exigem tratamento adequado. A lei geral dos resíduos estabelece que o produtor desses resíduos é o primeiro responsável pela sua gestão.

Para uma adequada gestão destes resíduos existem Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) cujos contactos constam do Anexo IV. Em complemento aos CIRVER existem operadores de gestão de resíduos que podem fazer a sua recolha e encaminhamento para tratamento e/ou eliminação. Para consultar a lista dos operadores licenciados por região pode-se aceder à plataforma da APA: www.silogr.pt.

No transporte de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos, deve existir no veículo um extintor de capacidade mínima de 2 kg e um documento de transporte, no qual deve constar, também, a menção «Transporte que não ultrapassa os limites de isenção prescritos no n.º 1.1.3.6», prevista no Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, nomeadamente, quando a capacidade total do conjunto das embalagens que contenham aqueles resíduos não ultrapasse:

- a) 20 L para produtos fitofarmacêuticos classificados como muito tóxicos ou tóxicos; ou*
 - b) 333 L para os restantes produtos*
- (n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 187/2006).*

Nota: As guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos, e-GAR, não são obrigatórias para o transporte dos sacos com resíduos de embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos, desde as instalações agrícolas até aos pontos de retoma e entre pontos de retoma e seus armazéns. A e-GAR apenas é obrigatória se os resíduos forem diretamente entregues a um Operador de Gestão de Resíduos. (Artigo 6, alínea f) da Portaria n.º145/2017).

5. ACIDENTES NO ARMAZENAMENTO E VENDA DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

Os produtos fitofarmacêuticos são, por natureza, perigosos e podem causar danos ou efeitos adversos na saúde e no ambiente se não forem manuseados e utilizados devidamente. A prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias ou produtos perigosos e a limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente é, portanto, essencial na comercialização, incluindo no armazenamento e na distribuição e venda destes produtos fitofarmacêuticos.

Quais os principais pontos a considerar na prevenção de acidentes?

A prevenção de riscos de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas está regulada pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto.

Aplica-se no seu todo ou em partes aos estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas a seguir:

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3
Categorias de perigo nos termos do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008.	Quantidades-limiar (toneladas) das substâncias perigosas referidas na alínea s) do artigo 3.º, para a aplicação de	
	Requisitos de nível inferior	Requisitos de nível superior
Secção «H» — Perigos para a saúde		
H1 Toxicidade aguda, categoria 1, todas as vias de exposição.	5	20
H2 Toxicidade aguda — Categoria 2, todas as vias de exposição — Categoria 3, via de exposição por inalação (ver nota 7).	50	200
H3 Toxicidade para órgãos -alvo específicos — exposição única — STOT SE Categoria 1.	50	200
Secção «P» — Perigos físicos		
P1a Explosivos (ver nota 8) — Explosivos instáveis. — Explosivos, Divisão 1.1, 1.2, 1.3, 1.5 ou 1.6. — Substâncias ou misturas com propriedades explosivas, de acordo com o método A.14 do Regulamento (CE) n.º 440/2008, de 30 de maio de 2008 (ver nota 9), que não pertençam às classes de perigo «Peróxidos orgânicos» ou «Substâncias e misturas auto -reativas».	10	50

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3
P1b Explosivos (ver nota 8) – Explosivos, divisão 1.4 (ver nota 10).	50	200
P2 Gases inflamáveis – Gases inflamáveis, categoria 1 ou 2.	10	50
P3a Aerossóis inflamáveis (ver nota 11.1) – Aerossóis «inflamáveis» da categoria 1 ou 2, contendo gases inflamáveis das categorias 1 ou 2 ou líquidos inflamáveis da categoria 1.	150 (peso líquido)	500 (peso líquido)
P3b Aerossóis inflamáveis (ver nota 11.1) – Aerossóis «inflamáveis» da categoria 1 ou 2, não contendo gases inflamáveis das categorias 1 ou 2 nem líquidos inflamáveis da categoria 1 (ver nota 11.2).	5 000 (peso líquido)	50 000 (peso líquido)
P4 Gases comburentes – Gases comburentes, categoria 1.	50	200
P5a Líquidos inflamáveis – Líquidos inflamáveis, categoria 1. – Líquidos inflamáveis, categoria 2 ou 3, mantidos a uma temperatura superior ao seu ponto de ebulição. – Outros líquidos com ponto de inflamação $\leq 60\text{ }^{\circ}\text{C}$, mantidos a uma temperatura superior ao seu ponto de ebulição (ver nota 12).	10	50
P5b Líquidos inflamáveis – Líquidos inflamáveis, categoria 2 ou 3, nos casos em que determinadas condições de serviço, tais como a pressão e temperatura elevadas, possam criar perigos de - acidentes graves. – Outros líquidos com ponto de inflamação $\leq 60\text{ }^{\circ}\text{C}$ nos casos em que determinadas condições de serviço, tais como a pressão e temperatura elevadas, possam criar perigos de acidentes graves (ver nota 12).	50	200
P5c Líquidos inflamáveis – Líquidos inflamáveis, categorias 2 ou 3, não classificados em P5a e P5b.	5 000	50 000
P6a Substâncias e misturas auto -reativas e peróxidos orgânicos – Substâncias e misturas auto -reativas, tipo A ou B, ou peróxidos orgânicos, tipo A ou B.	10	50
P6b Substâncias e misturas auto -reativas e peróxidos orgânicos – Substâncias e misturas auto -reativas, tipo C, D, E ou F ou peróxidos orgânicos, tipo C, D, E ou F.	50	200
P7 Líquidos e sólidos pirofóricos – Líquidos pirofóricos, categoria 1. – Sólidos pirofóricos, categoria 1.	50	200
P8 Líquidos e sólidos comburentes – Líquidos comburentes, categoria 1, 2 ou 3. – Sólidos comburentes, categoria 1, 2 ou 3.	50	200

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3
Secção «E» – Perigos para o ambiente		
E1 Perigoso para o ambiente aquático, toxicidade aguda, categoria 1, ou toxicidade crónica, categoria 1	100	200
E2 Perigoso para o ambiente aquático, toxicidade crónica, categoria 2	200	500
Secção «O» – Outros perigos		
O1 Substâncias ou misturas com a advertência de perigo EUH014	100	500
O2 Substâncias ou misturas que, em contacto com a água, libertam gases inflamáveis, categoria 1 . . .	100	500
O3 Substâncias ou misturas com advertência de perigo EUH029	50	200

Os principais acidentes a considerar em armazéns de produtos fitofarmacêuticos podem resultar de:

- ✓ Incêndio;
 - Contato físico involuntário;
 - Contato direto com a pele;
- ✓ Ingestão e/ou inalação.
- ✓ Derrames.

O que fazer em caso de incêndio?

Para saber o que fazer em caso de incêndio o estabelecimento que armazena produtos (fitofarmacêuticos) perigosos tem as seguintes obrigações:

- ✓ Elaboração de um plano de emergência eficaz no combate aos incêndios, o que reduzirá potenciais danos para as pessoas e o ambiente - o Plano de Emergência deve fazer parte do Manual de Procedimentos Operativos;
- ✓ Realização de simulacros do Plano de Emergência, o que permite uma identificação das possíveis dificuldades e garante que cada interveniente saiba o que tem a fazer - a frequência com que devem ser realizados deve constar do Manual de Procedimentos Operativos.

Os planos de emergência devem ser elaborados com a colaboração dos bombeiros locais (ver ponto 3.2.1.), o que possibilita a discussão das disposições para o combate a incêndios e o estudo das consequências da libertação de fumo e vapores bem como possível derrame da água de extinção.

Em caso de incêndio, uma decisão rápida e clara é de importância vital. O fogo alastra muito rapidamente:

- ✓ Devem ser alertados, de imediato, os serviços de emergência, dando-lhes o maior número possível de informações;
- ✓ Devem ser retiradas todas as pessoas do local e todas as portas de salas em chamas devem ser fechadas;
- ✓ A utilização dos extintores, que devem ser adequados e em número suficiente para os quantitativos de produtos armazenados constitui a primeira ação a desencadear em caso de incêndio com vista a impedir o alastramento do fogo;
- ✓ Não se deve tentar lutar contra o fogo, que pode originar gases tóxicos, sem o equipamento e treino adequados.

O que fazer em caso de contacto físico involuntário com produtos fitofarmacêuticos?

O contacto direto com produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente os produtos tóxicos e corrosivos pode provocar intoxicações e queimaduras que requerem cuidados de socorro de atuação rápida.

A higiene pessoal é muito importante para todos os operadores que lidam com produtos fitofarmacêuticos:

- ✓ No armazém e quando é necessário manusear os produtos fitofarmacêuticos deve ser usado vestuário apropriado, i.é., luvas adequadas e roupa de trabalho que possa ser retirada rapidamente em caso de algum acidente com os produtos em armazém ou durante o seu transporte ou armazenamento;
- ✓ Lavar a cara e as mãos com frequência e em especial depois de manusear os produtos fitofarmacêuticos e sempre antes de comer, beber ou fumar;
- ✓ A roupa de trabalho deve ser lavada com frequência e não deve entrar em contacto com o vestuário;
- ✓ Não tocar na cara ou noutras partes do corpo descobertas, com as mãos ou luvas sujas;
- ✓ Lavar as luvas antes de as tirar;
- ✓ Lavar-se com cuidado após terminar o trabalho;

Em caso de contacto accidental e desprotegido deve atuar rapidamente:

O objetivo do tratamento de emergência é reduzir os efeitos de intoxicação, o mais rapidamente possível. Não perder tempo à procura de um antídoto, a não ser que possa ser obtido de imediato. Pedir ou providenciar o transporte urgente para o hospital, acompanhando a vítima, se for o caso e, sempre que possível, com a embalagem ou o rótulo.

As situações em que a vítima sofre uma exposição accidental a um produto fitofarmacêutico podem representar risco acrescido para quem socorre.

Só se deve abordar a vítima se existirem condições de segurança para o fazer, sendo fundamental evitar o contacto com esses produtos, nomeadamente recorrendo ao uso de luvas e outras formas de proteção do corpo e não inalar os vapores libertados pelos mesmos.

Como socorrer uma vítima de exposição accidental a produtos fitofarmacêuticos?

- ✓ Não entrar em pânico!
- ✓ Tentar saber com exactidão o que aconteceu;
- ✓ Averiguar qual o produto envolvido, a sua forma de apresentação e quantidade se possível;
- ✓ Averiguar o período de tempo decorrido após a exposição;
- ✓ Averiguar qual foi a via de exposição da vítima ao produto (inalação, ingestão, contacto com a pele, etc.).

Uma vez identificado o produto **LEIA ATENTAMENTE O RÓTULO** ou a **FICHA de DADOS de SEGURANÇA** - procure o capítulo 14 relativo a primeiros socorros. Estes documentos têm indicações relativas ao tratamento de emergência a efectuar de imediato.

- ✓ Não provocar o vómito a não ser que o rótulo ou a FDS o indique expressamente.

Ligue para o número de Emergência Médica: 800 250 250 (n.º do CIAV) ou 112.



A sua colaboração é crucial para permitir um rápido e eficaz socorro à vítima, pelo que é fundamental que dê toda a informação que lhe seja solicitada.

Ao ligar 112 deverá estar preparado para informar:

- A localização exacta da ocorrência, para facilitar a chegada dos meios de socorro;
- O número de telefone de contacto;
- O que aconteceu;
- O número de pessoas que precisam de ajuda;
- Condição em que se encontra(m) a(s) vítima(s);
- Se já foi realizado algum procedimento de emergência.

Até à chegada dos serviços de emergência médica, existem medidas simples de primeiros socorros que podem ser prestados à vítima:

- ✓ Sempre que existam condições de segurança para o fazer, remover a vítima para longe da fonte de contaminação, usando equipamento de proteção adequado;
- ✓ Reanimar a vítima, se necessário, protegendo-se de qualquer contaminação;
- ✓ Em caso de contacto com a pele, remover a roupa contaminada e lavar ou limpar suavemente a pele afetada, secar a vítima e tapá-la de forma a manter o conforto térmico; usar sempre equipamento de proteção e colocar a roupa num contentor identificado;
- ✓ Se houver contacto com os olhos, não permitir que a vítima esfregue os olhos e lavá-los com água corrente durante cerca de 10 minutos, protegendo-se adequadamente da água de lavagem;
- ✓ No caso de inalação, usar equipamento de proteção respiratória, libertar a vítima da roupa à volta da garganta e do peito e colocá-la em Posição Lateral de Segurança até à chegada dos serviços de emergência médica;
- ✓ Em caso de ingestão, ter em atenção que nem sempre se aconselha provocar o vômito (nunca quando a vítima está inconsciente), pelo que deverá consultar o rótulo do produto fitofarmacêutico que pode ter indicações úteis.

O que fazer em caso de derrame de produtos fitofarmacêuticos?

Deve ser efetuada regularmente a verificação de fugas ou existência de embalagens deterioradas.

As embalagens de produtos fitofarmacêuticos danificadas ou com fuga devem ser colocadas e seladas em contentores resistentes e impermeáveis (ou de acordo com as instruções do fabricante). O contentor deve ser rotulado com clareza indicando o seu conteúdo e o perigo associado.

Os equipamentos e materiais previstos para lidar com derrames devem permanecer claramente identificados e de acesso imediato.

Os materiais e equipamentos existentes nas instalações devem incluir:

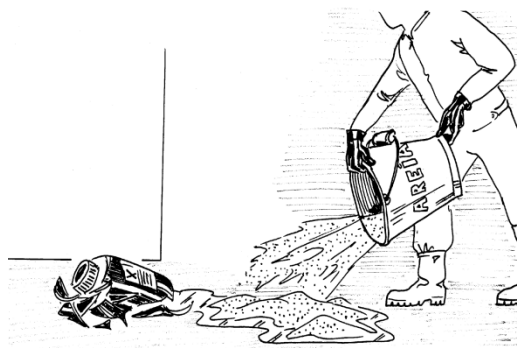
- ✓ Areia ou outro material absorvente, não combustível, para absorver o produto derramado;
- ✓ Pás e vassouras para recolher o material absorvente contaminado e todas as embalagens danificadas;
- ✓ Contentores impermeáveis para receber as embalagens contaminadas e o material absorvente.



Em caso de derrame ou vazamento de algum produto fitofarmacêutico, utilizar o EPI antes de qualquer providência para descontaminação do local.

Na ausência de instruções mais específicas para o produto os derrames devem ser tratados da seguinte forma:

- ✓ Os pós e granulados devem ser recolhidos, de preferência, com um aspirador industrial;
- ✓ No caso anterior, se for utilizada uma vassoura e uma pá, a dispersão da poeira pode ser reduzida espalhando areia humedecida em cima do derrame;
- ✓ No caso de derrames líquidos, circundar a área com material absorvente, não combustível, como a areia, em quantidade suficiente;
- ✓ Varrer cuidadosamente com uma vassoura ou com uma pá todo o material contaminado e colocá-lo em contentores impermeáveis;
- ✓ Fechar e identificar o contentor impermeável, o qual deve ficar num espaço reservado, devendo ser providenciada a sua recolha com segurança por uma empresa licenciada;
- ✓ Após a remoção do derramamento, limpar cuidadosamente a zona afetada e todo o equipamento usado. Lavar o chão contaminado tendo o cuidado de evitar que a água escorra para outras zonas do armazém, absorvendo-a com o material apropriado.



6. TRANSPORTE DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS



Os produtos fitofarmacêuticos classificados como mercadorias perigosas estão submetidos a acordos relativos aos Transportes Internacionais de Mercadorias Perigosas, como por exemplo o ADR que regulamenta o Transporte por via Rodoviária.

As empresas cuja atividade inclua operações de transporte de mercadorias perigosas por estrada, devem nomear um Conselheiro de Segurança para o transporte de mercadorias perigosas, encarregado de colaborar na prevenção de riscos para as pessoas, para os bens ou para o ambiente, inerentes àquela operação (Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de Agosto).

Contudo, no ADR estão estipuladas isenções como é o caso do transporte de produtos fitofarmacêuticos efetuado por pessoas singulares na condição de serem tomadas medidas necessárias ao seu acondicionamento seguro.

Todos os produtos fitofarmacêuticos que circulam em regime de isenção devem fazer-se acompanhar pelo documento de compra.

As orientações indicadas a seguir limitam-se a delinear alguns conselhos práticos para o transporte de pequenas quantidades de produtos fitofarmacêuticos, nos casos em que o ADR não se aplica, de forma a evitar a ocorrência de acidentes ou a minimizar as suas consequências se estes acontecerem:

- ✓ O transporte deve ser feito observando as normas da legislação específica vigente;
- ✓ Antes de carregar as embalagens de produtos fitofarmacêuticos, retirar qualquer material perfurante (pregos, metais salientes, lascas de madeira, etc.) porventura existentes;

- ✓ Não colocar sobre as embalagens de produtos fitofarmacêuticos volumes pesados que as possam danificar ou que as façam cair;
- ✓ Não transportar embalagens abertas, furadas ou com fugas;
- ✓ Em transporte sem cobertura própria, proteger os produtos com uma cobertura;
- ✓ Todas as pessoas envolvidas na carga, arrumação e descarga de produtos fitofarmacêuticos devem utilizar EPI adequado;
- ✓ Não transportar os produtos fitofarmacêuticos junto com pessoas, animais, alimentos e ração animal.

7. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

As orientações do Código de Conduta têm por base o seguinte enquadramento jurídico:

Colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos, sua comercialização e distribuição:

Decreto-Lei n.º 169/2019 de 29 de novembro, procede à segunda alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, alterada pelo Decreto -Lei n.º 35/2017, de 24 de março, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, que transpõe a Diretiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas.

Decreto-Lei n.º 59/2019 de 08 de maio, que publica a primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 145/2015** de 31 de julho executando o **Regulamento (CE) n.º 1107/2009** do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho, e legislação complementar;

Decreto-Lei n.º 145/2015 de 31 de julho que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do regulamento 1107/2009 e legislação complementar;

Lei n.º 26/2013 de 11 de abril, regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas, e revogando a Lei n.º 10/93, de 6 de abril, e o Decreto -Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro;

Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho, e legislação complementar;

Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro, que regula as condições e procedimentos de segurança no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos.

Transporte de produtos fitofarmacêuticos:

Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de Agosto, que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.os 206-A/2012, de 31 de agosto, 19-A/2014, de 7 de fevereiro, e 246-A/2015, de 21 de outubro, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2309 da Comissão, de 16 de dezembro de 2016, que adapta pela quarta vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro, que regula a movimentação rodoviária de mercadorias perigosas nos países aderentes ao Acordo relativo ao Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (ADR).

Segurança e Saúde no trabalho:

Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Junho, que estabelece o regime da prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.

Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho alterada e republicada pela lei 3/2014, de 28 de janeiro;

Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, relativo à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho e valores limite de exposição profissional a agentes químicos;

Classificação, Embalagem e Rotulagem de substâncias e misturas perigosas:

Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 63/2008, de 2 de Abril, que aprova o Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Fichas de Dados de Segurança de Preparações Perigosas.

Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro de 2008 relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas 67/548/CEE e 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006.

Segurança contra incêndios em Edifícios:

Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro, que aprova o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), alterado (2ª alteração) pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, que republica, alterado (3ª alteração) pela Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, que estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

Sinalização de Segurança:

Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio, procede à alteração do D.L. 141/95 que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Portaria 1456-A/95 de 11 de dezembro, regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho.

Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99 de 3 de agosto.

Glossário

Para efeitos do presente Código de Conduta, são seguidamente apresentadas algumas definições consideradas relevantes para a compreensão do mesmo.

«**Acidente grave**» um acontecimento, tal como uma emissão de substâncias, um incêndio ou uma explosão de proporções graves, resultante de desenvolvimentos incontrolados ocorridos em armazéns ou estabelecimentos de venda de produtos fitofarmacêuticos, que constitua perigo grave, imediato ou retardado, para a saúde humana (no interior ou no exterior do estabelecimento) animais e/ou para o ambiente e que envolva uma ou mais substâncias perigosas.

«**Aplicador especializado**» o aplicador habilitado a utilizar produtos fitofarmacêuticos de aplicação especializada, considerando-se como tais os produtos fitofarmacêuticos que nos rótulos da respetiva embalagem contenham a indicação «uso exclusivo por aplicador especializado»;

«**Armazenamento**» a presença de uma certa quantidade de substâncias perigosas para efeitos de entreposto, depósito à guarda ou armazenamento.

«**Autorização de venda de um produto fitofarmacêutico**» o acto administrativo pelo qual, na sequência de um pedido de homologação apresentado pelo requerente, a DGAV, como autoridade competente, autoriza o lançamento ou colocação de um produto fitofarmacêutico no mercado nacional.

«**Pontos de retoma**» locais destinados à recepção dos resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos e que no seu conjunto tendem a formar uma rede nacional organizada segundo critérios de proximidade, susceptíveis de incentivar o encaminhamento daqueles resíduos para os operadores de gestão de resíduos .

«**Titular da autorização de venda**» a empresa que obteve autorização de venda de produtos fitofarmacêuticos ao abrigo do Regulamento 1107/2009 de 11 de abril, concedida pela DGAV.

«**Empresa distribuidora**» a entidade singular ou coletiva que procede à distribuição de produtos fitofarmacêuticos para os estabelecimentos de venda ou outras empresas distribuidoras, nomeadamente grossistas, retalhistas, vendedores e fornecedores.

«**Estabelecimento de venda**» o ponto de venda explorado por entidade singular ou coletiva que procede à venda dos produtos fitofarmacêuticos aos utilizadores profissionais.

«**Entidade gestora de resíduos de embalagens**» as entidades licenciadas pela Autoridade Nacional dos Resíduos para a gestão de resíduos de embalagens e/ou de excedentes de produtos fitofarmacêuticos.

«**Equipamento de proteção individual (EPI)**» consideram-se “equipamentos de proteção individual (EPI)” qualquer dispositivo ou meio que se destine a ser envergado ou manejado por uma pessoa para defesa contra um ou mais riscos susceptíveis de ameaçar a sua saúde ou a sua segurança. No contexto deste Código, EPI refere-se aos equipamentos que permitem a proteção de quem manipula e/ou aplica produtos fitofarmacêuticos. O EPI deve estar aprovado para ser utilizado na atividade de proteção das plantas.

«**Homologação**» o sistema pelo qual o serviço oficial responsável aprova o lançamento ou colocação no mercado e a utilização de um produto fitofarmacêutico, através da concessão de uma Autorização de Venda, com base na avaliação de um conjunto de dados científicos que demonstram que o produto é eficaz para as finalidades a que se destina e não apresenta riscos inaceitáveis para a saúde humana e animal e para o ambiente.

«**Mercadorias perigosas**» substâncias cujas características específicas as tornam prejudiciais para o homem animais e ambiente, mesmo em pequenas quantidades e, como tal, estão sujeitas a condições especiais de transporte.

«**Operador de venda**» o utilizador profissional que nas empresas distribuidoras ou nos estabelecimentos de venda manuseia, aconselha e vende os produtos fitofarmacêuticos.

«**Perigo**» a propriedade intrínseca de uma substância perigosa ou produto perigoso ou de uma situação física susceptível de poder provocar danos ou efeitos adversos à saúde humana animal e/ou ao ambiente.

«**Pesticida (de uso agrícola)**» substância ou mistura de substâncias destinada a prevenir ou combater os inimigos das culturas e dos produtos agrícolas.

«**Pictograma**» símbolo ou marca existente nos diferentes tipos de sinalização.

«**Produto fitofarmacêutico**» as substâncias ativas e as preparações contendo uma ou mais substâncias ativas que sejam apresentadas sob a forma em que são fornecidas ao utilizador e que se destinem a:

- ✓ Proteger os vegetais ou os produtos vegetais de todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua acção, desde que essas substâncias ou preparações não estejam a seguir definidas de outro modo;

- ✓ Exercer uma acção sobre os processos vitais, com excepção de substâncias nutritivas;
- ✓ Assegurar a conservação dos produtos vegetais, desde que tais substâncias ou preparações não sejam objecto de disposições comunitárias especiais relativas a conservantes;
- ✓ Destruir os vegetais indesejáveis;
- ✓ Destruir partes de vegetais e reduzir ou impedir o crescimento indesejável dos vegetais;
- ✓ Serem utilizadas como adjuvante.

«**Produtos de aplicação especializada**» produtos que, pela sua elevada toxicidade, ou risco inerente para o homem, animais ou ambiente derivado da sua manipulação ou uso, só podem ser aplicados por um aplicador especializado, indicação esta obrigatória a figurar nos rótulos das respectivas embalagens.

«**Resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos**» embalagens primárias vazias de produtos fitofarmacêuticos.

«**Resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos**» resíduos inutilizáveis contidos em embalagens já abertas que existam armazenadas no utilizador final, bem como produtos fitofarmacêuticos cuja autorização de venda e prazo para esgotamento de existências tenha já expirado.

«**Risco (na manipulação de produtos fitofarmacêuticos)**» a probabilidade de que um efeito adverso ocorra dentro de um período determinado ou em circunstâncias determinadas pela manipulação de um produto fitofarmacêutico.

«**Socorrista**» pessoa que está qualificada para prestar os primeiros socorros, sendo reconhecida como tal por uma entidade competente.

«**Substância perigosa**» um elemento químico e seus compostos, no estado natural ou obtidos por qualquer processo de fabrico, incluindo qualquer aditivo necessário para preservar a sua estabilidade e qualquer impureza que derive do processo utilizado, mas excluindo qualquer solvente que possa ser separado sem afectar a estabilidade da substância nem modificar a sua composição. As substâncias ou misturas que preencham os critérios relativos aos perigos físicos, para a saúde ou para o ambiente, estabelecidos nas partes 2 a 5 do anexo I do Regulamento (CE) N.º 1272/2008 são consideradas substâncias perigosas.

«**Técnico responsável**» o utilizador profissional habilitado para proceder e supervisionar a distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, bem como para promover e prestar aconselhamento sobre o seu manuseamento, uso seguro e proteção fitossanitária das culturas.

«**Unidade de transporte**» um veículo automóvel com ou sem reboque ou semi-reboque atrelado.

«**Utilizador final**» o aplicador, incluindo o agricultor, a empresa aplicadora, o empresário aplicador e o aplicador especializado.

«**Utilizadores profissionais**» as pessoas que, no exercício das suas atividades, manuseiam ou aplicam produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional, nomeadamente os técnicos responsáveis, os operadores de venda e os aplicadores.

«**Venda responsável**» entrega a título oneroso de produtos fitofarmacêuticos realizada pelo operador e/ou técnico responsável no estabelecimento de venda com autorização de exercício de actividade, com alerta para os perigos que o produto apresenta, para o homem e para o ambiente e informação das melhores condições para a redução do risco com o seu manuseamento e aplicação.

ANEXOS

Anexo I - Lista de verificação relacionada com o funcionamento do estabelecimento de venda e ou distribuição

Requisitos relacionados com a construção do armazém / estabelecimento de venda

	Sim	Não
1. Afastado de hospitais, escolas, zonas residenciais, centros urbanos e fábricas e armazéns alimentares, preferencialmente em zonas industriais.		
2. Local não sujeito a inundações		
2.1. local afastado pelo menos 10 metros de cursos de água poços e de captações de água.		
3. Existência de bons acessos ao local permitindo cargas e descargas seguras e o pronto de socorro para bombeiros em caso de acidente.		
4. Distância de pelo menos 10 m, relativamente a outras edificações.		
5. O armazém não está situado em caves ou instalações abaixo do nível do solo.		
6. Materiais de construção incombustíveis.		
7. Paredes exteriores e interiores com resistência física e ao fogo.		
8. Portas interiores e exteriores com resistência ao fogo.		
9. Cobertura da construção em material incombustível.		
10. Pavimento impermeável e de fácil limpeza que funcione como bacia de retenção, com capacidade suficiente para reter derrames ou água de combate a incêndios.		
11. Boa ventilação (natural e ou forçada).		
12. Lâmpadas, tomadas de corrente e aparelho eléctricos afastados pelo menos 1 m dos produtos fitofarmacêuticos.		
13. Saídas, incluindo as de emergência espaçadas 30 m, no máximo.		
14. Saídas de emergência – de abertura fácil, devidamente assinaladas e desimpedidas.		
15. Estabelecimentos de venda - existência de armazém fechado, com balcão exterior, exclusivo para a venda responsável de PF.		

16. Armazém exclusivo para produtos fitofarmacêuticos conforme estipula a Lei 26/2013.		
17. Arrumação dos produtos fitofarmacêuticos por função e ou classificação toxicológica.		
18. Armazéns com acesso fácil e próximo de pontos de água.		
19. O armazém de produtos fitofarmacêuticos dispõe de condições que permitam impedir o acesso a pessoas não autorizadas.		
20. Armazenamento sem bloquear as saídas e entradas de ar e que permita o fácil acesso a toda a área, para inspecção e segurança.		
21. O armazenamento não é feito directamente sobre o pavimento.		
22. A quantidade de produtos armazenados tem em conta a capacidade do armazém.		
23. Os produtos fitofarmacêuticos cuja autorização de venda e prazo para esgotamento de existências, tenha já expirado, são devidamente separados dos restantes, dentro do armazém.		
24. As aberturas para arejamento estão protegidas para evitar a entrada de intrusos (pássaros, animais, etc.).		
25. O armazém apresenta-se limpo.		
26. Está disponível equipamento de protecção individual adequado, guardado fora do armazém.		
27. Existe estojo de primeiros socorros.		
28. O armazém está devidamente sinalizado.		
29. Existe equipamento de segurança nomeadamente contra incêndios.		
30. Existe material absorvente para combate a derrames (areia, pó-de-pedra, argila expandida), vassoura e pá, sacos de plástico fortes e ou recipientes fechados.		

Anexo II - Sinalização contida nos rótulos de produtos fitofarmacêuticos respeitante à sua classificação toxicológica, ecotoxicológica e ambiental.

Os produtos fitofarmacêuticos são produtos mais ou menos tóxicos para o homem e animais domésticos, e essa perigosidade mede-se através da sua toxicidade aguda por ingestão, contacto com a pele, por via respiratória, irritação da pele e olhos e sensibilização da pele, toxicidade crónica (efeitos da ingestão diária ao longo da vida de uma pessoa), possibilidade de provocar o cancro, efeitos na reprodução e no desenvolvimento dos fetos, alterações genéticas e efeitos no sistema nervoso.

Todas estas características são usadas, hoje em dia, para determinar a classificação toxicológica do produto, sendo a mesma assinalada por um dos símbolos que têm forma quadrada assente sobre um dos seus vértices, com fundo branco e borda vermelha.

No caso de não existir símbolo, significa que o produto é “Isento de classificação”, em termos de classificação toxicológica, ambiental ou ecotoxicológica.



GHS07 - símbolo usado para alertar para a gravidade dos perigos



GHS02 - símbolo usado para alertar para perigos associados à inflamabilidade



GHS03 - símbolo usado para alertar para perigos associados à combustibilidade



GHS05 - símbolo usado para alertar para perigos associados ao potencial de corrosão dos materiais e ou da pele



GHS06 - símbolo usado para alertar para os perigos associados à toxicidade aguda do produto



GHS08 - símbolo usado para alertar para os perigos associados à toxicidade a longo prazo do produto



GHS09 - símbolo usado para alertar para os perigos para o ambiente aquático

Anexo III - Advertências de perigo e Frases de prudência

De acordo com os estudos toxicológicos e avaliação de risco para o homem como aplicador ou trabalhador na exploração agrícola são estabelecidas Advertências de Perigo e Frases de Prudência a incluir nos rótulos da embalagem com a finalidade de reduzir a exposição para níveis aceitáveis evitando intoxicações agudas ou outro tipo de efeitos durante as várias operações relacionadas com a preparação das caldas, aplicação e pós-aplicação dos produtos fitofarmacêuticos.

ADVERTÊNCIAS DE PERIGO

código frase

- EUH001 Explosivo no estado seco.
- EUH006 Perigo de explosão com ou sem contacto com o ar.
- EUH014 Reage violentamente em contacto com a água.
- EUH018 Pode formar mistura vapor-água explosiva/inflamável durante a utilização.
- EUH019 Pode formar peróxidos explosivos.
- EUH029 Em contacto com a água liberta gases tóxicos.
- EUH031 Em contacto com ácidos liberta gases tóxicos.
- EUH032 Em contacto com ácidos liberta gases muito tóxicos.
- EUH044 Risco de explosão se aquecido em ambiente fechado.
- EUH059 Perigoso para a camada de ozono.
- EUH066 Pode provocar pele seca ou gretada, por exposição repetida.
- EUH070 Tóxico por contacto com os olhos.
- EUH071 Corrosivo para as vias respiratórias.
- EUH201 Contém chumbo. Não utilizar em superfícies que possam ser mordidas ou chupadas por crianças.
- EUH201A Atenção! Contém chumbo.
- EUH202 Cianacrilato. Perigo. Cola à pele e aos olhos em poucos segundos. Manter fora do alcance das crianças.
- EUH203 Contém crómio (VI). Pode provocar uma reação alérgica.
- EUH204 Contém isocianatos. Pode provocar uma reação alérgica.
- EUH205 Contém componentes epoxídicos. Pode provocar uma reação alérgica.
- EUH206 Atenção! Não utilizar juntamente com outros produtos. Podem libertar-se gases perigosos (cloro).
- EUH207 Atenção! Contém cádmio. Libertam-se fumos perigosos durante a utilização. Ver as informações fornecidas pelo fabricante. Respeitar as instruções de segurança.
- EUH208 Contém (nome da substância sensibilizante em questão). Pode provocar uma reação alérgica.
- EUH209 Pode tornar-se facilmente inflamável durante o uso.
- EUH209A Pode tornar-se inflamável durante o uso.
- EUH210 Ficha de segurança fornecida a pedido.
- EUH401 Para evitar riscos para a saúde humana e para o ambiente, respeitar as instruções de utilização.
- H200 Explosivo instável.
- H201 Explosivo; perigo de explosão em massa.
- H202 Explosivo; perigo grave de projecções.
- H203 Explosivo; perigo de incêndio, sopro ou projecções.
- H204 Perigo de incêndio ou projecções.
- H205 Perigo de explosão em massa em caso de incêndio.
- H206 Perigo de incêndio, sopro ou projecções; risco acrescido de explosão se houver redução do agente dessensibilizante.
- H207 Perigo de incêndio ou projecções; risco acrescido de explosão se houver redução do agente dessensibilizante.
- H208 Perigo de incêndio; risco acrescido de explosão se houver redução do agente dessensibilizante.

H220	Gás extremamente inflamável.
H221	Gás inflamável.
H222	Aerossol extremamente inflamável.
H223	Aerossol inflamável.
H224	Líquido e vapor extremamente inflamáveis.
H225	Líquido e vapor facilmente inflamáveis.
H226	Líquido e vapor inflamáveis.
H228	Sólido inflamável.
H229	Recipiente sob pressão: risco de explosão sob ação do calor.
H230	Pode reagir explosivamente mesmo na ausência de ar.
H231	Pode reagir explosivamente mesmo na ausência de ar a alta pressão e/ou temperatura.
H232	Pode inflamar-se espontaneamente em contacto com o ar.
H240	Risco de explosão sob a ação do calor.
H241	Risco de explosão ou de incêndio sob a ação do calor.
H242	Risco de incêndio sob a ação do calor.
H250	Risco de inflamação espontânea em contacto com o ar.
H251	Susceptível de auto-aquecimento: risco de inflamação.
H252	Susceptível de auto-aquecimento em grandes quantidades: risco de inflamação.
H260	Em contacto com a água liberta gases que se podem inflamar espontaneamente.
H261	Em contacto com a água liberta gases inflamáveis.
H270	Pode provocar ou agravar incêndios; comburente.
H271	Risco de incêndio ou de explosão; muito comburente.
H272	Pode agravar incêndios; comburente.
H280	Contém gás sob pressão; risco de explosão sob a ação do calor.
H281	Contém gás refrigerado; pode provocar queimaduras ou lesões criogénicas.
H290	Pode ser corrosivo para os metais.
H300	Mortal por ingestão.
H300+H310	Mortal por ingestão ou contacto com a pele.
H300+H310+H330	Mortal por ingestão, contacto com a pele ou inalação.
H300+H330	Mortal por ingestão ou inalação.
H301	Tóxico por ingestão.
H301+H311	Tóxico por ingestão ou contacto com a pele.
H301+H311+H331	Tóxico por ingestão, contacto com a pele ou inalação.
H301+H331	Tóxico por ingestão ou inalação.
H302	Nocivo por ingestão.
H302+H312	Nocivo por ingestão ou contacto com a pele.
H302+H312+H332	Nocivo por ingestão, contacto com a pele ou inalação.
H302+H332	Nocivo por ingestão ou inalação.
H304	Pode ser mortal por ingestão e penetração nas vias respiratórias.
H310	Mortal em contacto com a pele.
H310+H330	Mortal por contacto com a pele ou inalação.
H311	Tóxico em contacto com a pele.
H311+H331	Tóxico em contacto com a pele ou por inalação.
H312	Nocivo em contacto com a pele.
H312+H332	Nocivo em contacto com a pele ou por inalação.
H314	Provoca queimaduras na pele e lesões oculares graves.
H315	Provoca irritação cutânea.
H317	Pode provocar uma reação alérgica cutânea.
H318	Provoca lesões oculares graves.
H319	Provoca irritação ocular grave.
H330	Mortal por inalação.
H331	Tóxico por inalação.
H332	Nocivo por inalação.
H334	Quando inalado, pode provocar sintomas de alergia ou de asma ou dificuldades respiratórias.
H335	Pode provocar irritação das vias respiratórias.
H336	Pode provocar sonolência ou vertigens.

- H340 Pode provocar anomalias genéticas <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H341 Suspeito de provocar anomalias genéticas <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H350 Pode provocar cancro <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H351 Suspeito de provocar cancro <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H351i Pode causar cancro por inalação.
- H360 Pode afetar a fertilidade ou o nascituro <indicar o efeito específico se este for específico> <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H360D Pode afetar o nascituro.
- H360Df Pode afetar o nascituro. Suspeito de afetar a fertilidade.
- H360F Pode afetar a fertilidade.
- H360FD Pode afetar a fertilidade. Pode afetar o nascituro.
- H360Fd Pode afetar a fertilidade. Suspeito de afetar o nascituro.
- H361 Suspeito de afetar a fertilidade ou o nascituro <indicar o efeito específico se este for específico> <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H361d Suspeito de afetar o nascituro.
- H361f Suspeito de afetar a fertilidade.
- H361fd Suspeito de afetar a fertilidade. Suspeito de afetar o nascituro.
- H362 Pode ser nocivo para as crianças alimentadas com leite materno.
- H370 Afeta os órgãos <ou indicar todos os órgãos afetados, se forem conhecidos> <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H371 Pode afetar os órgãos <ou indicar todos os órgãos afetados, se forem conhecidos> <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H372 Afeta os órgãos <ou indicar todos os órgãos afetados, se forem conhecidos> após exposição prolongada ou repetida <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H373 Pode afetar os órgãos <ou indicar todos os órgãos afetados, se forem conhecidos> após exposição prolongada ou repetida <indicar a via de exposição se existirem provas concludentes de que o perigo não decorre de nenhuma outra via de exposição>.
- H400 Muito tóxico para os organismos aquáticos.
- H410 Muito tóxico para os organismos aquáticos com efeitos duradouros.
- H411 Tóxico para os organismos aquáticos com efeitos duradouros.
- H412 Nocivo para os organismos aquáticos com efeitos duradouros.
- H413 Pode provocar efeitos nocivos duradouros nos organismos aquáticos.
- H420 Prejudica a saúde pública e o ambiente ao destruir o ozono na alta atmosfera.

FRASES DE PRUDÊNCIA

- P101 Se for necessário consultar um médico, mostre-lhe a embalagem ou o rótulo.
- P102 Manter fora do alcance das crianças.
- P103 Ler atentamente e seguir todas as instruções.
- P201 Pedir instruções específicas antes da utilização.
- P202 Não manuseie o produto antes de ter lido e percebido todas as precauções de segurança.
- P210 Manter afastado do calor, superfícies quentes, faísca, chama aberta e outras fontes de ignição. Não fumar.
- P211 Não pulverizar sobre chama aberta ou outra fonte de ignição.
- P212 Evitar o aquecimento em ambiente fechado ou a redução do agente dessensibilizado.
- P220 Manter afastado da roupa e de outras matérias combustíveis.
- P221 Tomar todas as precauções para não misturar com combustíveis/... .
- P222 Não deixar entrar em contacto com o ar.
- P223 Não deixar entrar em contacto com a água.
- P230 Manter húmido com... .

- P231 Manusear e armazenar o conteúdo em atmosfera de gás inerte/... .
- P231+P232 Manusear e armazenar o conteúdo em atmosfera de gás inerte/... . Manter ao abrigo da humidade.
- P232 Manter ao abrigo da humidade.
- P233 Manter o recipiente bem fechado.
- P234 Manter sempre o produto na sua embalagem original.
- P235 Conservar em ambiente fresco.
- P235+P410 Conservar em ambiente fresco. Manter ao abrigo da luz solar.
- P240 Ligação à terra/equipotencial do recipiente e do equipamento recetor.
- P241 Utilizar equipamento [eléctrico/de ventilação/de iluminação/...] à prova de explosão.
- P242 Utilizar ferramentas antichispa.
- P243 Tomar medidas para evitar acumulação de cargas electrostáticas.
- P244 Manter válvulas e conexões isentas de óleo e gordura.
- P250 Não submeter a trituração/choque/fricção/... .
- P251 Não furar nem queimar, mesmo após utilização.
- P260 Não respirar as poeiras/fumos/gases/névoas/vapores/aerossóis.
- P261 Evitar respirar poeiras/fumos/gases/névoas/vapores/aerossóis.
- P262 Não pode entrar em contacto com os olhos, a pele ou a roupa.
- P263 Evitar o contacto durante a gravidez e o aleitamento.
- P264 Lavar ... cuidadosamente após manuseamento.
- P270 Não comer, beber ou fumar durante a utilização deste produto.
- P271 Utilizar apenas ao ar livre ou em locais bem ventilados.
- P272 A roupa de trabalho contaminada não deverá sair do local de trabalho.
- P273 Evitar a libertação para o ambiente.
- P280 Usar luvas de protecção/vestuário de protecção/protecção ocular/protecção facial/protecção auditiva/ ...
- P282 Usar luvas de protecção contra o frio e escudo facial ou protecção ocular.
- P283 Usar vestuário ignífugo ou retardador de chamas.
- P284 [Em caso de ventilação inadequada] usar protecção respiratória.
- P301 EM CASO DE INGESTÃO:
- P301+P310 EM CASO DE INGESTÃO: Contacte imediatamente um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P301+P312 EM CASO DE INGESTÃO: Caso sinta indisposição, contacte um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P301+P330+P331 EM CASO DE INGESTÃO: enxaguar a boca. NÃO provocar o vómito.
- P302 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A PELE:
- P302+P334 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A PELE: sacudir da pele as partículas soltas. Mergulhar em água fria [ou aplicar compressas húmidas].
- P302+P335+P334 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A PELE: mergulhar em água fria ou aplicar compressas húmidas.
- P302+P352 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A PELE: Lavar abundantemente com água/... .
- P303 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A PELE (ou o cabelo):
- P303+P361+P353 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A PELE (ou o cabelo): Retirar imediatamente toda a roupa contaminada. Enxaguar a pele com água/tomar um duche.
- P304 EM CASO DE INALAÇÃO:
- P304+P340 EM CASO DE INALAÇÃO: Retirar a pessoa para uma zona ao ar livre e mantê-la numa posição que não dificulte a respiração.
- P305 SE ENTRAR EM CONTACTO COM OS OLHOS:
- P305+P351+P338 SE ENTRAR EM CONTACTO COM OS OLHOS: enxaguar cuidadosamente com água durante vários minutos. Se usar lentes de contacto, retire-as, se tal lhe for possível. Continuar a enxaguar.
- P306 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A ROUPA:
- P306+P360 SE ENTRAR EM CONTACTO COM A ROUPA: enxaguar imediatamente com muita água a roupa e a pele contaminadas antes de se despir.
- P308 EM CASO DE exposição ou suspeita de exposição:
- P308+P311 EM CASO DE exposição ou suspeita de exposição: Contacte um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P308+P313 EM CASO DE exposição ou suspeita de exposição: consulte um médico.

- P310 Contacte imediatamente um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P311 Contacte um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P312 Caso sinta indisposição, contacte um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P313 Consulte um médico.
- P314 Em caso de indisposição, consulte um médico.
- P315 Consulte imediatamente um médico.
- P320 É urgente um tratamento específico (ver ... no presente rótulo).
- P321 Tratamento específico (ver ... no presente rótulo).
- P330 Enxaguar a boca.
- P331 NÃO provocar o vômito.
- P332 Em caso de irritação cutânea:
- P332+P313 Em caso de irritação cutânea: consulte um médico.
- P333 Em caso de irritação ou erupção cutânea:
- P333+P313 Em caso de irritação ou erupção cutânea: consulte um médico.
- P334 Mergulhar em água fria [ou aplicar compressas húmidas].
- P335 Sacudir da pele as partículas soltas.
- P336 Derreter as zonas congeladas com água morna. Não friccionar a zona afetada.
- P336+P313 Derreter as zonas congeladas com água morna. Não friccionar a zona afetada. Consulte imediatamente um médico.
- P337 Caso a irritação ocular persista:
- P337+P313 Caso a irritação ocular persista: consulte um médico.
- P338 Se usar lentes de contacto, retire-as, se tal lhe for possível. Continuar a enxaguar.
- P340 Retirar a pessoa para uma zona ao ar livre e mantê-la numa posição que não dificulte a respiração.
- P342 Em caso de sintomas respiratórios:
- P342+P311 Em caso de sintomas respiratórios: contacte um CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTIVENENOS ou um médico.
- P351 Enxaguar cuidadosamente com água durante vários minutos.
- P352 Lavar abundantemente com água/... .
- P353 Enxaguar a pele com água [ou tomar um duche].
- P360 Enxaguar imediatamente com muita água a roupa e a pele contaminadas antes de se despir.
- P361 Retirar imediatamente toda a roupa contaminada.
- P361+P364 Retirar imediatamente a roupa contaminada e lavá-la antes de a voltar a usar.
- P362 Retirar a roupa contaminada.
- P362+P364 Retirar a roupa contaminada e lavá-la antes de a voltar a usar.
- P363 Lavar a roupa contaminada antes de a voltar a usar.
- P364 E lavar antes de voltar a usar.
- P370 Em caso de incêndio:
- P370+P372+P380+P373 Em caso de incêndio: risco de explosão. Evacuar a zona. Se o fogo atingir os explosivos, NÃO tentar combater.
- P370+P376 Em caso de incêndio: deter a fuga se tal puder ser feito em segurança.
- P370+P378 Em caso de incêndio: para a extinguir utilizar
- P370+P380+P375 Em caso de incêndio: evacuar a zona. Combater o incêndio à distância, devido ao risco de explosão.
- P370+P380+P375[+P378] Em caso de incêndio: evacuar a zona. Combater o incêndio à distância, devido ao risco de explosão. [Para extinguir utilizar ...].
- P371 Em caso de incêndio importante e de grandes quantidades:
- P371+P380+P375 Em caso de incêndio importante e de grandes quantidades: evacuar a zona. Combater o incêndio à distância, devido ao risco de explosão.
- P372 Risco de explosão.
- P373 Se o fogo atingir os explosivos, NÃO tentar combatê-lo.
- P375 Combater o incêndio à distância, devido ao risco de explosão.
- P376 Deter a fuga se tal puder ser feito em segurança.
- P377 Incêndio por fuga de gás: não apagar, a menos que se possa deter a fuga em segurança.
- P378 Para a extinguir utilizar
- P380 Evacuar a zona.
- P381 Em caso de fuga, eliminar todas as fontes de ignição.

- P390 Absorver o produto derramado a fim de evitar danos materiais.
 P391 Recolher o produto derramado.
 P401 Armazenar em conformidade com ...
 P402 Armazenar em local seco.
 P402+P404 Armazenar em local seco. Armazenar em recipiente fechado.
 P403 Armazenar em local bem ventilado.
 P403+P233 Armazenar em local bem ventilado. Manter o recipiente bem fechado.
 P403+P235 Armazenar em local bem ventilado. Conservar em ambiente fresco.
 P404 Armazenar em recipiente fechado.
 P405 Armazenar em local fechado à chave.
 P406 Armazenar num recipiente resistente à corrosão/... com um revestimento interior resistente.
 P407 Respeitar as distâncias mínimas entre pilhas ou paletes.
 P410 Manter ao abrigo da luz solar.
 P410+P403 Manter ao abrigo da luz solar. Armazenar em local bem ventilado.
 P410+P412 Manter ao abrigo da luz solar. Não expor a temperaturas superiores a 50 °C/122°F.
 P411 Armazenar a uma temperatura não superior a ... °C/...°F.
 P412 Não expor a temperaturas superiores a 50 °C/122°F.
 P413 Armazenar quantidades a granel superiores a ... kg/... lbs a uma temperatura não superior a ... °C/...°F.
 P420 Armazenar separadamente.
 P501a Eliminar o conteúdo/embalagem em local adequado à recolha de resíduos perigosos.
 P501b Eliminar o conteúdo/embalagem num local adequado à sua recolha.
 P502 Solicitar ao fabricante ou fornecedor informações relativas à recuperação ou reciclagem.
 P503 Solicitar ao fabricante/fornecedor/... informações relativas à eliminação/ recuperação/ reciclagem.

FRASES DE SEGURANÇA SUPLEMENTARES

- RSh1 Tóxico por contacto com os olhos.
 RSh2 Pode causar fotossensibilização.
 RSh3 O contacto com vapores do produto provoca queimaduras na pele e nos olhos; o contacto com o produto líquido provoca congelação.
 SP1 Não poluir a água com este produto ou com a sua embalagem. [Não limpar o equipamento de aplicação perto de águas de superfície./Evitar contaminações pelos sistemas de evacuação de águas das explorações agrícolas e estradas.]
 SP1PT1 Não poluir a água com este produto ou com a sua embalagem, exceto em canais e valas nas doses indicadas.
 SP1PT2 Não poluir a água com as sementes tratadas ou com a sua embalagem.
 SPa1 Para evitar o desenvolvimento de resistências, não aplicar este produto ou qualquer outro que contenha (indicar, consoante o caso, a s.a. ou a família de s.a.) mais de (número ou período a precisar).
 SPe1 Para proteção [das águas subterrâneas/dos organismos do solo], não aplicar este produto ou qualquer outro que contenha (indicar, consoante o caso, a s.a. ou a família de s.a.) durante mais de (período a precisar) ou mais do que (frequência a precisar).
 SPe2 Para proteção [das águas subterrâneas/dos organismos aquáticos], não aplicar este produto em solos (precisar a situação ou o tipo de solo).
 SPe3 Para proteção [dos organismos aquáticos/das plantas não visadas/dos insetos/artrópodes não visados], respeitar uma zona não pulverizada de (distância a precisar) em relação [às zonas não cultivadas/às águas de superfície].
 SPe3PT1 Para proteção dos organismos aquáticos, não aplicar em terrenos agrícolas adjacentes a águas de superfície.
 SPe3PT2 Para proteção [dos organismos aquáticos/das plantas não visadas/dos insetos/artrópodes não visados], respeitar uma zona não pulverizada de (distância a precisar) em relação [às zonas não cultivadas/às águas de superfície]. Sempre que possível, utilizar bicos anti-deriva que garantam, pelo menos, (valor)% de redução no arrastamento da calda pulverizada durante a aplicação do produto, podendo reduzir a zona não pulverizada para (nova distância) em relação [às zonas não cultivadas/às águas de superfície].
 SPe3PT3 Para proteção [dos organismos aquáticos/das plantas não visadas/dos insetos/artrópodes não visados], respeitar uma zona não pulverizada de (distância a precisar) em relação [às zonas não cultivadas/às águas de superfície], incluindo (distância a precisar) de coberto vegetal.

- SPe4 Para proteção [dos organismos aquáticos/das plantas não visadas], não aplicar este produto em superfícies impermeáveis, como asfalto, betão, empedrados [ou linhas de caminho de ferro], nem em qualquer outra situação em que o risco de escorrimento seja elevado.
- SPe5 Para proteção [das aves/dos mamíferos selvagens], incorporar totalmente o produto no solo, incluindo no final dos sulcos.
- SPe6 Para proteção [das aves/dos mamíferos selvagens], recolher todo o produto derramado.
- SPe7 Não aplicar este produto durante o período de reprodução das aves.
- SPe8 Perigoso para as abelhas./Para proteção das abelhas e de outros insetos polinizadores, não aplicar este produto durante a floração das culturas./Não utilizar este produto durante o período de presença das abelhas nos campos./Remover ou cobrir as colmeias durante a aplicação do produto e durante (indicar o período) após o tratamento./Não aplicar este produto na presença de infestantes em floração./Remover as infestantes antes da floração./Não aplicar antes de (indicar o período).
- SPe8PT1 Nos tratamentos em estufa, impedir o acesso a abelhas e outros insetos polinizadores imediatamente antes do tratamento e durante, pelo menos, 24h após aplicação do produto.
- SPe8PT2 Nos tratamentos em estufa, para proteção das abelhas e outros insetos polinizadores, não aplicar este produto antes e durante a floração das culturas, quando se pretende usar polinizadores.
- SPePT1 Dada a elevada persistência do produto no solo, não deverão ser efetuadas mais de (escrever número) aplicações anuais no mesmo solo.
- SPePT10 Nos tratamentos em pré-plantação em viveiros e sobre substrato artificial, os restos de calda deverão ser tratados como efluentes e sujeitos a tratamento prévio.
- SPePT2 Após reposição do nível de água nos canteiros, os mesmos deverão permanecer fechados durante (escrever número) dias, podendo a circulação de água ser reposta ao fim deste período.
- SPePT4 No caso de aplicações aéreas, deverão ser assegurados os cuidados indispensáveis à segurança de todo o pessoal envolvido no tratamento e tomar em consideração os aspetos inerentes a esta técnica de aplicação, de modo a não contaminar as zonas circunvizinhas da área a tratar. [Respeitar uma zona não pulverizada dentro da parcela a tratar de, pelo menos, (x metros)./Sempre que possível utilizar bicos anti-deriva que reduzam em pelo menos (x %) o arrastamento da calda pulverizada.]
- SPePT5 Os restos de calda deverão ser tratados como efluentes e sujeitos a tratamento prévio.
- SPePT6 Manter afastados os animais domésticos.
- SPePT7 Durante a aplicação em plantas de interior, tapar os aquários.
- SPePT8 Durante a aplicação em jardins, não aplicar em plantas próximas de lagos ou outras águas de superfície.
- SPePT9 Parar a sementeira em condições atmosféricas muito ventosas, para evitar o arrastamento de poeiras para as culturas vizinhas.
- SPgPT1 Em caso de intoxicação contactar o Centro de Informação Antivenenos (CIAV), telef: 800 250 250.
- SPgPT2 OS MICRORGANISMOS PODEM TER O POTENCIAL PARA PROVOCAR REAÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO (a constar na face principal do rótulo, a negrito)
- SPgPT3 Este produto pode ser usado em Modo de Produção Biológico (a constar na face principal do rótulo, a negrito)
- SPgPT4 Manter local seco, ventilado e protegido dos raios solares.
- SPgPT5 Proteger do gelo.
- SPgPT6 Não armazenar a temperaturas superiores a (valor) °C/ durante (valor) meses.
- SPgPT7 O produto pode ser armazenado durante (valor) meses, a uma temperatura não superior a (valor) °C.
- SPo1 Em caso de contacto com a pele, remover primeiro o produto com um pano seco e, em seguida, lavar a pele com muita água.
- SPo2 Depois da utilização do produto, lavar todo o vestuário de proteção.
- SPo3 Depois de iniciada a fumigação do produto, não inalar os fumos e sair imediatamente da zona em tratamento.
- SPo4 Abrir a embalagem ao ar livre e com tempo seco.
- SPo5 Arejar [bem] os locais/estufas tratados [durante (neste caso, precisar o período)/ até à secagem do pulverizado] antes de neles voltar a entrar.
- SPoPT2 Na entrada dos trabalhadores às zonas tratadas durante x horas [em (especificar a atividade)] após a aplicação, estes deverão usar [luvas/camisa de mangas compridas/calças/meias e botas].
- SPoPT4 O aplicador deverá usar [luvas/vestuário de proteção/com capuz/impermeável/botas de borracha/proteção ocular/proteção facial/máscara respiratória] durante [carregamento de pó/preparação da calda/atividades de manutenção do equipamento/quando em contacto com superfícies contaminadas/limpeza do material de aplicação/e/aplicação do produto]. (combinar o material de proteção com as atividades respetivas, de acordo com

os resultados da avaliação de risco)(se necessário especificar material de aplicação, culturas, utilização de bicos anti-deriva ou aplicação ao ar livre ou em cultura protegida)(usar mais do que uma frase no caso de combinações distintas; neste caso começar as frases seguintes com "Usar ...")

SPoPT5 Impedir o acesso de trabalhadores/ e pessoas estranhas às zonas tratadas [durante (valor) horas após a aplicação.]/[até à secagem do pulverizado.]/[até à secagem do pulverizado (especificar as culturas) e em qualquer situação não entrar durante (valor) horas após a aplicação.]

SPoPT6 [Após o tratamento lavar cuidadosamente as luvas, tendo cuidado especial em lavá-las por dentro.]/[Após o tratamento lavar bem o material de proteção e os objetos contaminados, tendo o cuidado especial em lavar as luvas por dentro.]

SPoPT7 Intervalo de reentrada: (valor) dias após a aplicação na/em [especificar a cultura - culturas baixas/ culturas altas/ outras situações - e o tipo de atividade - atividades de acompanhamento das culturas/ atividade de manutenção das culturas/ colheita].

SPoPT8 Para proteção de pessoas estranhas ao tratamento e residentes/ [deverá ser estabelecida uma zona tampão de (valor) metros entre as culturas e estradas, habitações, edifícios e espaços públicos.]/[a aplicação deverá ser efetuada com bicos anti-deriva que garantam, pelo menos, (valor)% de redução no arrastamento da calda pulverizada durante a aplicação do produto.] (máximo de 50% de redução)

SPPT1 A embalagem vazia deverá ser lavada três vezes, fechada, inutilizada e colocada em sacos de recolha, devendo estes ser entregues num ponto de retoma autorizado; as águas de lavagem deverão ser usadas na preparação da calda.

SPPT10 "A embalagem é uma garrafa de aço que pode ser recarregada. Quando se encontrar vazia, o utilizador deve solicitar a recolha pelo fornecedor. Não proceder ao enchimento das embalagens ou à sua reutilização para outros fins."

SPPT2 A embalagem vazia não deverá ser lavada, sendo completamente esgotada do seu conteúdo, fechada, inutilizada e colocada em sacos de recolha, sempre que possível, devendo estes ser entregues num ponto de retoma autorizado.

SPPT3 A embalagem vazia não deverá ser lavada, sendo completamente esgotada do seu conteúdo, inutilizada e colocada em sacos de recolha, sempre que possível, devendo estes ser entregues num ponto de retoma autorizado.

SPPT4 A embalagem vazia não deverá ser lavada, sendo completamente esgotada do seu conteúdo e entregue num ponto de retoma autorizado, ou em alternativa solicitar a recolha pelo fornecedor.

SPPT5 A embalagem vazia deverá ser completamente esgotada do seu conteúdo e colocada em locais adequados à sua recolha.

SPPT6 A embalagem das armadilhas e das recargas, depois de inutilizadas, assim como das armadilhas, deverá ser entregue num ponto de retoma autorizado.

SPPT9 A embalagem vazia deverá ser completamente esgotada do seu conteúdo, inutilizada e colocada em locais adequados à sua recolha.

SPr1 Colocar os iscos de modo a minimizar o risco de ingestão por outros animais. Fixar os iscos, para que não possam ser arrastados pelos roedores.

SPr2 Durante o período de tratamento, marcar a zona, com menção ao perigo de envenenamento (primário ou secundário) pelo anticoagulante e indicação do antídoto deste último.

SPr3 Durante o período de tratamento, remover diariamente os roedores mortos da zona de tratamento, mas sem os deitar ao lixo ou depositar em lixeiras.

Atualizado a 31.10.2019

Anexo IV - Contactos dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER)

Entidade	Morada	Telefone	Fax
CIRVER ECODEAL	Rua Pinhal Manso - Carregueira 2140 PINHEIRO GRANDE	(351) 249 749 030	(351) 249 749 039
CIRVER SISAV	Rua Cabeço do Seixo - Eco Parque do Relvão 2140-671 CARREGUEIRA	(351) 249 000 500	(351) 249 000 509

Verificar lista de OGR que efetuam recolha e encaminhamento para tratamento por distritos do país em www.silogr.pt [atualizada permanentemente].

Ficha Técnica

1ª Edição: DGADR-DSPFSV-2/2010

2ª Edição revista : DGAV.2019

Autores: DGAV, GROQUIFAR, ANIPLA

Revisão: DGAV, Direções Regionais de Agricultura e Pescas, ANEPC, ACT

Fotografias e imagens gentilmente cedidas por:

ANIPLA, Campocheio, Agro J. Oliveira Unipessoal, Lda



Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
Campo Grande, 50
1700-093 Lisboa

213 239 500
www.dgav.pt

